

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

JOÃO FELIPE NASCIMENTO FRANCISCO

**CICLO DE POLÍTICAS PARA ENSINO SUPERIOR (2016-2021):
CONJUNTURAS-ROMPIMENTOS-CONSERVAÇÕES**

**Itatiba
2022**

JOÃO FELIPE NASCIMENTO FRANCISCO – RA: 002202002283

**CICLO DE POLÍTICAS PARA ENSINO SUPERIOR (2016-2021):
CONJUNTURAS-ROMPIMENTOS-CONSERVAÇÕES**

Dissertação apresentada para exame de defesa, como requisito final, para obtenção do título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sônia Aparecida Siquelli

**Itatiba
2022**

378.1 F893c	Francisco, João Felipe Nascimento. Ciclo de políticas para Ensino Superior (2016-2021) : conjunturas-rompimentos-conservações / João Felipe Nascimento Francisco. – Itatiba, 2022. 95 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação da Universidade São Francisco. Orientação de: Sônia Aparecida Siquelli. 1. Universidades e Faculdades. 2. Política Educacional. 3. Ensino Superior. 4. Conjunturas Políticas. 5. ProUni. 6. Privatização. 7. Educação. I. Siquelli, Sônia Aparecida. II. Título.
----------------	--

JOÃO FELIPE NASCIMENTO FRANCISCO

CICLO DE POLÍTICAS PARA ENSINO SUPERIOR (2016-2021): CONJUNTURAS- ROMPIMENTOS-CONSERVAÇÕES

Exame de defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Sociedade e Processos Formativos

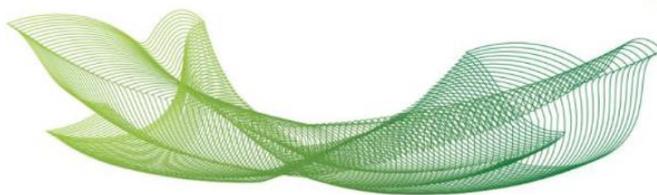
Data da apresentação:

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Sônia Aparecida Siquelli (Orientadora)
Universidade São Francisco-USF

Prof^a. Dr^a. Luana Ferrarotto
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo- Campus Bragança Paulista-IFSP

Prof^a. Dr^a. Márcia Ap. Amador Mascia
Universidade São Francisco-USF



**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO**

João Felipe Nascimento Francisco defendeu a dissertação CICLO DE POLÍTICAS PARA ENSINO SUPERIOR (2016-2021): CONJUNTURAS-ROMPIMENTOS-CONSERVAÇÕES, aprovado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco em 11 de fevereiro de 2022, pela Banca Examinadora constituída pelas professoras:

Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli
Orientadora e Presidente
Universidade São Francisco

Profa. Dra. Luana Ferrarotto
Instituto Federal de São Paulo

Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia
Universidade São Francisco

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, minha mãe que é minha inspiração de empenho e dedicação, e minhas irmãs, pelo apoio e pelo incentivo. À minha companheira Vivian, a quem dedico também um agradecimento pela parceria, paciência e compreensão dos momentos de isolamento e de estudo!

À Profª Drª. Sônia Aparecida Siquelli, minha orientadora, pela paciência, dedicação, empenho e parceria! Sem essa parceria, que se adequou em meio ao distanciamento, o caminho percorrido seria ainda mais difícil.

À Profª. Drª. Luana Ferrarotto, pelas importantes contribuições.

À Profª. Drª Márcia Ap. Amador Mascia, pelas importantes intervenções para qualificar o trabalho.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética Política e História da Educação Brasileira (GEPHEB), pelos momentos de troca de experiências e estudos.

A todos aqueles que estiveram comigo nessa caminhada, compartilhando saberes e experiências nas disciplinas cursadas, nos encontros e nos momentos de vivência. Lembrarei com saudades e carinho desse período em que os nossos encontros virtuais, devido ao isolamento da pandemia da covid-19, era o momento de interação social, momento em que o virtual se tornou “normal” e nos encontramos, vivemos e aprendemos através de cada tela de celular e computador!

À Universidade São Francisco/USF, pela da Bolsa Contrapartida-BDC no ano de 2020.

À Capes, pelo apoio financeiro no ano de 2021.

FRANCISCO, João Felipe Nascimento. **Ciclo de políticas para ensino superior (2016-2021): conjunturas-rompimentos-conservações**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2022 93p. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO¹

A presente dissertação pela Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Processos Formativos do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco – USF situa-se no campo das políticas educacionais de ensino superior e tem como objeto as políticas de acesso do jovem à universidade, particularmente, a análise do Programa Universidade para Todos, além de abordar o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, no contexto de ruptura política do pós-golpe institucional de 2016 e da conjuntura social e política que foi se formando até 2021. O estudo vem indagar, de acordo com o recorte histórico, a contradição apresentada, de um lado, os cortes de investimento instaurado pelo governo Temer e, de outro, o investimento no Prouni continuar existindo. Compreender se essa contradição atende ao repasse da verba pública para instituições privadas, caracterizando a isenção do Estado cada vez maior e mais atuante no processo de privatização do ensino superior. De natureza qualitativa e exploratória, a pesquisa, primeiramente, realizou um levantamento bibliográfico, em fontes primárias e secundárias, sobre o ensino superior; em seguida, foi às fontes públicas de relatórios e dados estatísticos publicados nos sites governamentais do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do site da Transparência, entre outros, para analisá-los. A metodologia de análise empregada foi a política de ciclos de Stephen Ball, uma vez que, no contexto do período investigado, de cortes econômicos realizados nas políticas educacionais, permitiu-se observar o movimento contrário no Prouni, que continua com investimento público na IES privadas, apesar da diminuição do número de beneficiários.

Palavras-chave: Política de Ensino Superior. Conjunturas Políticas. Prouni. Privatização

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Bolsa Doutorado Contrapartida – BDC/USF (2020) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

FRANCISCO, João Felipe Nascimento. **Policy cycles for higher education (2016-2021): scenarios-disruptions-maintenances**. Thesis (Masters in Education). 2022 93p. Graduate Program in Education. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

ABSTRACT²

This master thesis, presented at the Research Area of Education, Society and Formative Processes of the Graduate Program in Education of the Universidade São Francisco – USF, concerns the field of educational policies of higher education and its object is the policies about the access of young people to university, particularly, the analysis of the Program “Universidade para todos” (Prouni), in addition to addressing the Program of Support for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities and the Higher Education Student Financing Fund, in the context of political rupture after the institutional coup of 2016 and the social and political scenario that was forming until 2021. The study aims to analyze according to the historical cut, the contradiction presented of, on the one hand, the investment cuts instated by the Temer government and, on the other, the maintenance of the investment in “Prouni”. To understand if this contradiction meets the transfer of public funds to private institutions, characterizing the exemption of the State increasingly larger and more active in the process of privatization of higher education. As a qualitative and exploratory research, it firstly carried out a bibliographic survey, in primary and secondary sources, about higher education; then, it went to public sources of reports and statistical data published in the governmental websites of the Ministry of Education, the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira, the Transparency website, among others, to analyze them. The analysis methodology employed was the policy cycles from Stephen Ball, since, in the context of the observed period, of economic cuts made in educational policies, it was possible to observe the opposite movement in Prouni, which continues with public investment in private HEIs, despite the decrease in the number of beneficiaries.

Keywords: Policies of higher education. Political Scenario. Prouni. Privatization

² This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Finance Code 001.

LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
Creduc	Crédito Educativo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EaD	Ensino a Distância
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituição de Ensino Superior
Ifes	Institutos Federais de Educação
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDB	Partido Democrata Brasileiro
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPS	Partido Popular Socialista
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Prouni	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Semesp	Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unip	Universidade Paulista
URV	Unidade Real de Valor

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Plano de governo de FHC – política neoliberal (1994).....	36
QUADRO 2 – Plano de governo de Lula – política neoliberal (2002)	38
QUADRO 3 – Plano de governo de Lula – política neoliberal Política Neoliberal (2007)	39
QUADRO 4 – Plano de governo Dilma – política neoliberal– Política Neoliberal (2010)	41
QUADRO 5 – Plano de governo interino “Ponte para o Futuro” – política neoliberal – Política Neoliberal	46
QUADRO 6 – Plano de governo de Jair Bolsonaro – política neoliberal/neofacista.....	47
QUADRO 7 – Investimento MEC aos programas de expansão do Ensino Superior.....	63
QUADRO 8 – Impacto Reuni (2007-2012)	64
QUADRO 9 – Investimentos na Educação no período de 2014-2021	74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Recursos Financeiros Totais – Fies.....	52
GRÁFICO 2 – Número de bolsas concedidas pelo Prouni	60
GRÁFICO 3 – Número de Vagas Ofertadas nas Universidades Federais (2003-2011)	62
GRÁFICO 4 – Número de vagas ofertadas nas universidades federais (2003-2011).....	63
GRÁFICO 5 – Contratos Fies 2010 – 2016	73
GRÁFICO 6 – Relatório de Gestão Fies (2010 – 2020).....	74
GRÁFICO 7 – Investimentos na Educação no período de 2014-2021.....	75
GRÁFICO 9 – Investimento na Educação Brasileira no período de 2014-2019.....	75
GRÁFICO 10 – Número de Bolsas Integrais e Parciais do Prouni no período de 2001-2016.....	77
GRÁFICO 11 – Número de Bolsas do Prouni entre 2011–2021: uma diminuição	80

SUMÁRIO

MEMORIAL DE FORMAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 CICLO DE REFORMAS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: NEOLIBERALISMO E DÉCADA DE 90 DO SÉCULO XX	19
2.1 Ciclo de políticas neoliberais para educação superior: contextos dos planos de governo	25
2.2 Projeto de Governo FHC (1995-2002) e as políticas sociais neoliberais.....	34
2.3 O projeto de governo Lula (2003-2010) na contradição de políticas neoliberais e a criação de políticas para ensino superior: a inserção do excluído.....	37
2.4 Governo Dilma (2011-2016): da crise econômica ao rompimento de um ciclo	40
2.5 Conjuntura neoliberal e neofascista (2016-2021): do golpe político de 2016 aos cortes das políticas educacionais do governos Temer e Bolsonaro	44
3 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO	50
2.6 Fies: contexto histórico e político da implementação	51
2.7 Do Prouni — contexto histórico e político da sua implementação	53
2.8 Reuni e institutos federais: a expansão do ensino superior na rede pública.....	60
4 POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR E POLÍTICA DE CICLOS: UM CAMINHO METODOLÓGICO	65
5 O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTAGNAÇÃO, ROMPIMENTOS E RETROCESSOS (2015-2021).....	71
6 O CASO PROUNI - ESTAGNAÇÃO, RETROCESSO OU MANUTENÇÃO.....	76
2.9 A medida provisória 1075/2021 e o golpe na questão central do Prouni.....	78
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

MEMORIAL DE FORMAÇÃO

Segundo Passeggi (2010), o memorial de formação trata-se de um texto autobiográfico que se presta a analisar de forma crítica e reflexiva a formação intelectual e profissional de si mesmo, seria a tentativa de se distanciar de si mesmo para explicar ao leitor as origens que levaram o autor àquelas reflexões e análises do mundo que o cerca e o que esse apresentará ao final. Tal momento do memorial de formação teria o condão de fazê-lo — enquanto autor da biografia — buscar-se nas suas memórias sua trajetória e apresentar ao leitor esse trajeto como modo de facilitar e compreender de onde veio o autor e suas perspectivas e análises do mundo.

Sendo assim, nessa missão nada fácil de escrever sobre si mesmo, buscando nas memórias afetivas, subjetivas, objetivas do vivido, do sonhado e de nossa estrada até o presente momento. Essa história de vida, especificamente relacionada ao percurso acadêmico, que é fruto e consequência do meio em que vivemos e das mentalidades que nos ajudam na nossa formação, não foge de boa parte dos problemas, das emoções e dificuldades vivenciadas por muitos.

Oriundo de uma família negra, de classe média, detentor da “sorte” usufruir de condições objetivas que permitissem à minha família orientar e incentivar o estudo. Minha avó, funcionária pública federal; minha mãe foi funcionária pública federal e, posteriormente, ingressou na faculdade de Direito, formando-se e advogando até hoje. Viver dentro de uma família com condições mínimas de vida e com possibilidade de estudar, com certeza, formaram-me e até hoje me fornecem elementos para acreditar na educação, no ensino e na escola pública.

É nessa seara que estudei o chamado pré-primário em escola privada, já sendo alfabetizado nesse momento e, depois, toda a minha educação básica foi cursada em escola pública na cidade de Campinas (SP), cidade em que nasci e moro até hoje. Início minha “jornada escolar” de 1ª à 4ª série do ensino fundamental em escola pública estadual, o ensino fundamental II, hoje chamado de anos finais, em escola pública municipal, e o ensino médio, antigo colegial, em escola estadual de boa recomendação na cidade. Todo esse período sempre acompanhado pela minha mãe, que, desde o ensino fundamental até o final do ensino médio, participava das reuniões escolares, cobrava meu empenho e incentivava-me a estudar.

Ao terminar o ensino médio no ano de 2002, segui os passos de minha mãe e fui cursar a faculdade de Direito, nesse momento, talvez tenha despertado algo que me leva à pesquisa atual, jovem, negro oriundo de escola pública e que, para cursar o ensino superior, a porta de entrada foi o ensino superior em instituição privada, em tempos de pouco apoio financeiro e nenhum programa de incentivo a esse ensino, naquela época, havia apenas o Fies (Fundo de

Financiamento ao Estudante do ensino superior), cujo acesso ao crédito era muito dificultoso, restando minha entrada na Unip (Universidade Paulista), do grupo Objetivo, dos grandes grupos econômicos da educação brasileira.

Com idas e vindas, dificuldades financeiras em arcar com os estudos, pagando um semestre, devendo outro, fazendo acordos, consegui, ao final de 2009, formar-me em Direito, e essa é uma das profissões que exerço até hoje, com estímulo, gosto e empenho.

Todavia, essa primeira formação e o entendimento vivenciado das injustiças da vida forçavam-me a buscar novos horizontes de compreender a sociedade. Então, novamente recorro à uma instituição de ensino superior privado e começo a cursar licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Metodista. Essa nova formação faz-me compreender o todo social, nesse momento, em 2012, já alternava a advocacia com a profissão de professor na rede pública estadual de São Paulo (SP).

Lecionar e cursar Ciências Sociais em conjunto à advocacia ajuda-me a compreender as nuances, dificuldades que passei, que a maioria dos jovens estudantes do ensino superior passa, evidentemente, com a percepção e noção de que jovens negros que conseguem alçar o ensino superior são casos raros.

Toda essa formação fez-me buscar a continuação dos estudos no nível de pós-graduação com a finalidade de pesquisar sobre os programas de políticas públicas no ensino superior voltados para inclusão social, tendo em vista que, no meu período histórico, essas condições eram raras e impediram outros jovens negros de alçar o ensino superior e, por meio dos estudos, melhorar a sua própria condição de vida e daqueles que o cercam.

Assim, diante desse complexo viver estudantil, vejo que a educação é também utilizada para bloquear a igualdade de oportunidades de muitos e, no modelo atual e que vivi, serve para a manutenção das desigualdades quando ela não é ampla, aberta e vivenciada por todos, nesse arcabouço de mundo é que segue esta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo de pesquisa almeja trazer à tona o ciclo de políticas públicas para o ensino superior no Brasil, com enfoque especial no período de 2016 até 2021, analisando as rupturas, os retrocessos e as novas políticas voltadas ao ensino superior. O período histórico proposto tem um contexto político e social marcado pelo fim da era dos governos entendidos como de centro esquerda, eleitos democraticamente pela primeira vez na história do Brasil. O primeiro governo, cumprido de 2003 a 2010, implementou o Programa Universidade para Todos — Prouni e criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — Reuni. Em seguida, guardadas as diferenças, do governo cumprido entre 2011-2014 e de 2015 a 2016, interrompido por um *impeachment*, que deu sequência às políticas implementadas anteriormente, já afetadas por uma crise econômica. A partir do rompimento político, o retorno de governos de extrema direita, marcados pelas medidas provisórias que retiraram da educação básica brasileira investimentos fundamentais e, no ensino superior, realizaram a manutenção do Prouni, com alterações no seu público final, comprovando a intenção da interferência mínima do Estado e o avanço do capital público em instituições privadas.

Para construir essa compreensão sobre as políticas de ensino superior dentro da lógica educacional em nosso país, visitaremos o período posterior ao fim do regime ditatorial no Brasil (1964 – 1985), com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as consequentes reformas, legislações e investimentos que trouxeram outras vertentes e possibilidades ao campo do ensino superior.

A presente pesquisa tem por objeto analisar as políticas públicas específicas do período citado, em especial, no ensino superior. Segundo Martins (2013), a preocupação e o estudo das políticas públicas surgem após a Segunda Guerra Mundial, quando os governantes precisavam se preparar para os desafios daquele período, notadamente para a reconstrução dos países devastados pela guerra, seja no campo econômico seja no social, e consolida-se na década de 70 do século XX, com o chamado Estado do bem-estar social, tendo em vista a participação ativa do Estado em garantir, por meio de intervenção econômica, programas e projetos com garantias mínimas a todos os cidadãos, como acesso à saúde e educação pública, assistência social, às garantias trabalhistas, entre outros fatores.

Frey (2000), em uma análise de políticas públicas, aponta a existência de distinção de políticas públicas em países cuja democracia ocidental esteja consolidada e estável e em países cuja democracia e os processos administrativos são considerados ainda frágeis e instáveis. O

Brasil, segundo o autor, é um país com essas características, tendo em vista a instabilidade política e uma democracia ainda recente e frágil, partindo da premissa de que, mesmo após o período da ditadura civil-militar (1964–1984), com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que se considera, em tese, um país democrático, no sentido de exercer eleições periódicas e toda população com direito ao voto. Observando que, em 33 anos dessa Carta, já houve dois processos de *impeachment* presidencial, rupturas e mudanças bruscas nas características políticas e econômicas, fato este que dificulta uma análise de política pública aprofundado, sendo permeado de estudos pontuais de projetos específicos.

Assim, nesta pesquisa, conforme define Frey (2000), compreende-se por política pública, a transposição de determinada visão do Estado traduzidas em ações, em decorrência de processos de negociações de determinados grupos sociais que influenciam a prática do governo, ou seja, um conjunto de ações e decisões de governos, investimentos, deliberações em determinadas áreas, normalmente frutos de demandas sociais com o intuito de resolver problemas vigentes na sociedade

Para além das pesquisas históricas e do campo das legislações vigentes, este trabalho possui como eixo a discussão sobre o acesso ao ensino superior, notadamente sobre as mudanças políticas e econômicas no período posterior à redemocratização até o momento do ano 2021, com a redução de investimentos públicos, frutos da alteração do projeto econômico que aprofunda o conceito neoliberal no Brasil após a ruptura política em 2016.

A metodologia empregada para o alcance do resultado, passa pela elucidação da necessidade prática que toda ciência possui, que é o método. Para Lakatos e Marconi (2003), toda ciência se utiliza de métodos científicos e não há ciência sem o método científico, que é a análise e o percurso racional e objetivo no alcance dos resultados esperados, nesta seara a metodologia escolhida é o ciclo de políticas de Stephen Ball, que compreende a análise das políticas públicas desde o surgimento das ideias, dos debates, da legislação, da prática e dos resultados, referido método deixa a presente pesquisa mais elucidativa e contextualizada na análise prática dos fatos ocorridos nesse percurso histórico.

O foco no período da redemocratização no Brasil, trilha o caminho de governos neoliberais, como Fernando Collor (1990 – 1992), Itamar Franco (1992 – 1994), Fernando Henrique Cardoso — FHC (1995 – 2002), com alterações legislativas e ampliação do ensino superior na rede privada, dos governos progressistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), Dilma Rousseff (2010 – 2016), com ampliação dos institutos federais e programas de políticas públicas educacionais e finalizando com o aprofundamento do projeto neoliberal com o

impeachment de Dilma Rousseff e a chegada à presidência de Michel Temer (2016 – 2018) e, depois, com Jair Bolsonaro (2018).

No título 2, “Ciclo de reformas e políticas de educação superior: neoliberalismo e década de 90 do século XX”, com intuito da compreensão política econômica e social do ciclo de 2016 até 2021, faremos uma análise sobre os impactos do neoliberalismo no setor educacional, inaugurando a abordagem do objeto e avançando com a análise do ciclo de reformas políticas no ensino superior. A necessidade do contexto marca o contexto do ciclo de políticas neoliberais nos governos eleitos após a promulgação da Constituição de 1988.

Na seção 2.1, “Ciclo de políticas neoliberais para educação superior: contextos dos planos de governo”, há um recorte dos planos de governo, em especial de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Realiza-se a análise de cada plano, evidenciando como o neoliberalismo e o modelo estatal gerencial impactaram a construção das políticas de ensino superior, mesmo nos governos mais progressistas.

No título 3, “Ciclo de políticas públicas educacionais para ensino superior público e privado” foi realizada a análise das políticas públicas mais incisivas no campo do ensino superior no tocante do acesso do jovem na Universidade por conta do Prouni e do Reuni, observando os avanços e as contradições que os modelos de políticas educacionais públicas apresentaram.

No título 4, “Política de ensino superior e política de ciclos: um caminho metodológico”, apresenta-se o caminho metodológico utilizado na pesquisa, a opção de análise dessas políticas públicas por meio do ciclo de políticas de Bowe e Ball, que o divide em três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos, segundo os autores, estão inter-relacionados, de forma não linear, não temporal e não sequencial. Apresentam lugares, grupos dimensões (arenas) onde acontecem embates e disputas (BOWE;BALL; GOLD, 1992).

No título 5, “O financiamento das políticas de educação superior: estagnação, rompimentos e retrocessos (2015 – 2021)”, com enfoque na análise atual da conjuntura política, revendo o Prouni, seus investimentos e suas alterações legislativas que modificaram o público atual do programa e suas finalidades, consolidando com a análise da estagnação e do retrocesso no programa.

2 CICLO DE REFORMAS E POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: NEOLIBERALISMO E DÉCADA DE 90 DO SÉCULO XX

Diante das mudanças ocorridas na concepção do Estado, as políticas públicas na educação e, em especial, no ensino superior também foram impactadas pelo avanço da ideologia neoliberal. Esta ideologia varreu o mundo após o fim do Estado de bem-estar social, com a implantação no governo inglês de 1979 a 1990, marcado pela primeira-ministra Margaret Thatcher, bem como aliado ao fim do bloco soviético, que possuía forte intervenção estatal em vários aspectos da vida pública, notadamente no planejamento e na direção da economia e por consequência dos programas sociais.

O neoliberalismo, ora já chamado até de ultraliberalismo, que iniciou bebendo na fonte do liberalismo clássico de Adam Smith (1723 – 1790), que preconizava o “*laissez-faire, laissez-passer*” (“deixai fazer, deixai passar”) em que o individualismo e a competição entre os indivíduos sem a participação do Estado provocariam um equilíbrio social, baseado na liberdade individual. Se o liberalismo clássico de Smith é fruto da luta contra uma sociedade monárquica e absolutista, em que a ideia de liberdade individual preconizou a estrutura do liberalismo econômico, o neoliberalismo é fruto principalmente do término da segunda guerra mundial, que destrói a economia mundial e é implantado na Inglaterra em combate ao Estado do bem-estar social³.

Friedrich August Von Hayek, autor de o *Caminho da Servidão*, obra Nobel de Economia de 1974, é apontado como principal mentor do neoliberalismo, no livro citado, são feitas duras críticas ao modo de intervenção estatal. Segundo o autor, o Estado estava lesando a liberdade individual e a liberdade econômica dos cidadãos (HAYEK, 2012). Conforme Anderson (1995), o igualitarismo promovido pelo Estado do bem-estar social trazia risco para a liberdade econômica e malefícios para a vitalidade econômica, em resumo, pregavam que a desigualdade social era um valor positivo para o avanço econômico e para a prosperidade social.

Para o autor, o ponto de ressurgimento das ideias neoliberais é com a chegada da crise econômica do capitalismo em 1973, a forte recessão econômica alinhada às taxas elevadas de inflação e com baixo crescimento joga por terra o bem-estar social, culpando a forte intervenção estatal no mercado e nas relações de trabalho, fruto das pressões dos sindicatos da época. A solução para os neoliberais era remodelar o significado e a função do Estado, ele agora deveria

³Estado de bem-estar social, ou *welfare state*, é um modelo de governo no qual o Estado se compromete a garantir o bem-estar econômico e social da população. O Estado de bem-estar social também é chamado de Estado-providência, pois nele o governo adota medidas ativas para proteger a saúde e o bem-estar geral dos cidadãos, especialmente daqueles em necessidade financeira (HAYEK, 2012).

ser a mão forte para romper o poder dos sindicatos, diminuir os gastos sociais, não intervir na economia de mercado e buscar a sonhada estabilidade monetária.

O receituário neoliberal para alcançar a estabilidade monetária seria o restabelecimento de uma reserva de mercado, ou seja, mais trabalhadores desempregados para diminuir a força dos sindicatos e, por consequência, diminuir salários, diminuir os gastos com o bem-estar social. Essa desigualdade social seria o modal para um novo período de crescimento econômico, por consequência, a função do Estado diferente do liberalismo clássico e, em contradição ao bem-estar social, o Estado permaneceria forte apenas para garantir o bom ambiente do mercado, solidificando e aumentando o poder do mercado. Em suma, o mercado beneficia-se do Estado como garantidor de sua existência, de sua lucratividade e, em especial, da desigualdade social.

Esse receituário neoliberal que se inicia na Inglaterra chega à América Latina na ditadura de Augusto Pinochet e ao Brasil tardiamente, apenas no início da década de 90, com o governo de Fernando Collor de Mello em 1989, segundo Filgueiras (2006), o Brasil foi último país a aderir ao neoliberalismo, proclamado pelo chamado Consenso de Washington. Vários elementos contribuíram para essa adesão tardia do Brasil, o autor indica uma forte mobilização social no campo político, mediante as mobilizações de parte da Igreja Católica, do poder de mobilização da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e até mesmo a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como o fato do Brasil viver em ebulição social e política com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o retorno dos civis ao poder, após fim do ciclo da ditadura cívico-militar no Brasil.

Todavia, com a crise econômica do governo Sarney (1985 – 1989) a alta de inflação, o baixo crescimento econômico e o fracasso do Plano Cruzado (1986–1987), criou-se o clima entre as elites nacionais que o novo modelo para o crescimento econômico seria a adesão ao neoliberalismo, capitaneada como discurso do então candidato Collor, que pregava, nas eleições de 1989, com um liberalismo radical, com abertura da economia, privatizações e uma subordinação da economia nacional para o sistema financeiro internacional. Assim pregava conforme preconizava o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, por meio do chamado *Consenso de Washington*, que previa que, para o crescimento da América Latina, deveria seguir um receituário econômico, combater o poder dos sindicatos, diminuir o papel do Estado na economia, aumento indiscriminado da privatização das empresas estatais, flexibilização da legislação trabalhista, redução da carga fiscal e abertura do comércio nacional para a importação dos produtos internacionais.

Para além do poder político e econômico das elites na adesão ao neoliberalismo, segundo Filgueiras (2006), a chave central desse modelo econômico encontra-se no fato do

neoliberalismo ser uma ideologia de modelo de vida, mesmo que o modelo econômico e político não traga benefícios para grande massa de trabalhadores, o discurso do modelo neoliberal de liberdade individual, crescimento econômico, possibilidade de riqueza para todos os indivíduos e, principalmente, no combate aos gastos estatais, combate de supostos privilégios do funcionalismo público e a privatização de empresas estatais ganham apoio e ressonância mesmo nas classes mais pobres e no seio da classe trabalhadora, impedindo e dificultando um novo modelo social e garantindo a implantação de modelos econômicos que privilegiam os cortes de investimentos em áreas sociais com base em um discurso meramente tecnicista.

Essa adesão ao pensamento neoliberal leva nas duas primeiras eleições pós-ditadura no Brasil à vitória de projetos neoliberais, Collor, em 1989, e posteriormente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, que de fato implementa e aprofunda uma Reforma do Estado e modifica o modelo de compreensão definição dos rumos do Estado, em especial nas áreas sociais. A educação é também afetada por isso, em especial o ensino superior no Brasil. Segundo Dourado (2002), essa defesa ideológica da reforma do Estado é baseada no discurso de modernização e racionalização dos custos financeiros e dos gastos sociais, adaptando-se aos modelos de globalização, com a diminuição da chamada máquina estatal e privatização de bens e serviços, acabando o chamado assistencialismo estatal e transferindo os meios de produção e serviços para a iniciativa privada.

Nesse novo modelo de Estado, com a reforma aplicada por Bresser-Pereira (1997) nos anos 90 do século XX, dividem-se as atividades do Estado em exclusivas e não exclusivas do Estado, incluindo-se no modelo gerencial de serviços não exclusivos, a educação, saúde e cultura. Ou seja, permite-se que a iniciativa privada atue com amplitude em setores essenciais à sociedade, notadamente de serviços sociais, como educação e saúde. Isso significa um novo marco na educação, pois se permitem novos modelos de gestão e principalmente de privatização de setores educacionais como elenca Dourado. Essa reforma fere inclusive os direitos conquistados por meio da Constituição de 1988, pois as áreas sociais elencadas de direitos são transformadas em “bens consumíveis”, sendo assim, a questão financeira e o poder de compra do cidadão é o que dirá quais bens ele poderá consumir, alterando a luta por direitos sociais para a luta do poder de compra, ampliando a ideologia neoliberal e alterando a visão de mundo e de lutas dos indivíduos e de suas aspirações sociais.

Diante deste conceito mercadológico de direitos, os organismos internacionais mediante o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial também fizeram suas indicações seguindo o citado Consenso de Washington, ou seja, a indução de que nas áreas sociais em especial a educação também deveria ser racionalizada, com custos racionalizados,

gerencialismo, seguindo e sendo ofertado não como um direito social, mas sendo ofertado como um bem de consumo, que deve ser “comprado” pelos indivíduos, conforme o seu poder aquisitivo.

Conforme elenca Dourado (2002), existe uma profunda alteração na educação com viés neoliberal por meio do binômio privatização e mercantilização da educação, sendo assim a educação deveria ter um caráter utilitarista, a produção do conhecimento, pesquisa e ensino deveria seguir uma lógica de mercado e ser orientada pelo mercado, logo, o produto educação deveria ter um viés econômico, produzir conhecimentos palpáveis ao mercado e que contribuíssem para a economia, sendo então a gestão da educação mais voltada para gerenciar os recursos educacionais e não mais pensar de modo central o projeto pedagógico educacional no Brasil.

Para Gentili, a educação passa a existir para suprir as demandas do mercado, com foco para sua formação de mão obra para aquele determinado momento histórico, nesse sentido:

[...] a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho! (GENTILI, 1998, p. 104).

Nesse sentido, a formação e a visão da educação no viés neoliberal são totalmente mercadológicas, visando à formação de mão obra, com ausência do conhecimento coletivo, formando uma geração baseada nas ações competitivas e individuais com foco no mercado de trabalho.

A lógica, então, passa a ser como eixo central, pensar e produzir como gerenciar os recursos financeiros da educação, sendo o projeto pedagógico um desenrolar de como o recurso seria racionalizado para a área educacional, diante de um Estado que faria uma indução e um estímulo ao mercado e, principalmente, à privatização do setor.

A lógica do Banco Mundial e uma de suas principais orientações no sentido de racionalizar os custos e obter da educação um caráter utilitário estão no viés de centralizar forças apenas para a educação básica. A prioridade em apenas uma etapa do processo educativo promove uma desregulação e impede um projeto educacional que se compreenda o direito à educação desde a chamada educação infantil até o ensino superior. A prioridade na educação básica é referendada na LDB/1996, que não trata da ensino superior como de responsabilidade do Estado, bem como trata a educação básica como mero vetor de formação para o mercado, enfatizando a lógica de uma educação bancária, termo criado por Paulo Freire para criticar o

modelo educacional capitalista em que o conhecimento é depositado nos alunos apenas com viés de formação de mão de obra barata ao mercado, conforme suas demandas econômicas.

Com a prioridade da educação básica em um modelo que não se permite produzir conhecimentos desgarrados da economia e com o ensino superior não sendo tratado como responsabilidade e como direito a ser ofertado pelo Estado, resta então a mercantilização dessa etapa educacional. Ademais, no documento do Banco Mundial de 1995, chamado “Ensino Superior: Lições da Experiência”, Dourado (2002) elenca os principais tópicos da linha ideológica e das recomendações que os organismos internacionais e o mercado traziam para educação: a) privatização do ensino superior; b) estímulo à implantação de novos modelos de gestão, com apoio financeiro da iniciativa privada; c) estímulo de recurso público para potencializar e incrementar a iniciativa privada; d) reduzir custos de atividades meios da educação, como moradia e alimentação; e) diversificação do ensino superior, permissão de IES não ligadas à pesquisa e extensão.

As orientações trazidas pelo Banco Mundial são notadas na LDB/96, em que pese a principal legislação educacional tenha trazidos inúmeros avanços e garantias para a educação, no que tange especificamente no ensino superior, a legislação traz modificações no sentido da possibilidade descentralização e flexibilização do ensino superior, bem como traz novos processos de avaliação e de controle, fatores notadamente gerenciais, que seriam colocados em prática posteriormente mediante os provões do governo FHC e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que iniciou no governo Lula, cujo objetivo é medir o desempenho dos alunos que estão concluindo a graduação no ensino superior. Tais provas em conjunto às avaliações dos cursos de graduação e às avaliações institucionais são os instrumentos avaliativos para medir a qualidade dos cursos no ensino superior.

Nessa seara, Dias Sobrinho (2008), elenca uma discussão importante sobre a chamada qualidade, pois essa busca por uma “qualidade” medida por índices meramente tecnicistas, ainda não gera nenhum consenso entre os especialistas da educação, pois na prática sequer o conceito de qualidade na educação é debatido. Em um contexto de explosão de universidades, a questão da qualidade ou da acreditação de qualidade, medida por meio de provas como o Enade, tem notadamente o viés mercadológico do que se entende por qualidade, sendo uma medida por demandas do mercado e da visão da educação como mera formação de mão de obra para o mercado.

O ensino superior no Brasil segue firmemente o modelo indicado pelo Banco Mundial, mesmo após o rompimento político do término do governo FHC, com início dos governos petistas, o modelo do ensino superior permanece o mesmo, o aumento exponencial de criação

de novas instituições de ensino superior, desconectado da anterior indissociabilidade do ensino- extensão e pesquisa, mas mormente tecnológicas e voltadas ao mercado; bem como os programas de massificação do ensino superior são baseados com o recurso público voltado para iniciativa privada com financiamento de vagas e bolsas para as entidades privadas:

Financiamento: A educação é um bem público, porém financiamento privado deve ser estimulado. Enquanto todos os esforços devem ser tomados para aumentar o financiamento público do ensino superior, é necessário reconhecer que os financiamentos públicos são limitados e podem não ser suficientes para desenvolver o setor rapidamente. Outras fórmulas e fontes de financiamento devem ser encontradas, especialmente as baseadas no modelo de parceria público-privado. (UNESCO, 2009, p. 6).

Fato é que o neoliberalismo tardio, que chega ao Brasil no início da década de 90 do século XX, tem seu ápice na reforma do Estado efetivada no governo FHC, que alterou de modo brutal a forma de gerenciar os antes chamados direitos sociais, para o sistema mercadológico de gerência.

Essa reforma desenrola na educação na prioridade da chamada educação básica com viés de formação mercadológica com a inércia e silêncio proposital sobre o ensino superior, permitindo e potencializando a iniciativa privada como principal responsável por essa etapa do ensino superior, permitindo, assim, o caráter economicista e tecnicista neoliberal na educação, pois minimiza a atuação estatal, bem como o Estado e os governos de ocasião são meros administradores de como elaborar legislações que permitam a atuação do mercado dentro dessa etapa de ensino.

Evidente que tais avanços neoliberais na educação são alcançados conforme já elencados diante da massificação do discurso ideológico da necessidade de minimizar os custos do Estado, priorizar as ações individuais por meio da ideia de meritocracia, do empreendedorismo individual e da educação apenas como um bem de consumo, podendo ser alcançado apenas por uma parte da sociedade, mantendo a desigualdade econômica, social e principalmente de oportunidades, como sendo algo natural e salutar dentro do sistema, permitindo que se consolide o pensamento de que o ensino superior de fato não é para todos da cadeia social, sendo permitido que alguns tenham essa possibilidade de alçar novos voos acadêmicos por meio da meritocracia e diante de sua capacidade financeira, criando inclusive os níveis de instituições de ensino superior, instituições de qualidade atendendo um público com capacidade financeira maior e com instituições de ensino com qualidade duvidosa para o atendimento a determinado público, conforme sua capacidade financeira.

Os impactos do neoliberalismo dos anos 90 no ensino superior são sentidos e explicitados até os dias atuais. A prioridade de cursos com potencial econômico e voltados ao mercado permanecem e são bem-vistos socialmente, já os cursos ligados à pesquisa e que não são mensuráveis economicamente, ou seja, seus impactos financeiros e de lucratividade de modo contábil são tratados com pouco investimento público, bem como relegados aos indivíduos que possuam baixa capacidade financeira.

2.1 Ciclo de políticas neoliberais para educação superior: contextos dos planos de governo

Para tratar sobre as reformas e políticas educacionais no Brasil após o encerramento do período de vigência do período da ditadura cívico-militar e a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, é necessária uma breve compreensão das contradições vividas naquele período histórico. O final da década de 80 do século XX trazia a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, decretando naquele momento histórico a queda do chamado “socialismo real” do leste europeu que rivalizava com o capitalismo ocidental, em especial em contradição ao modelo econômico dos Estados Unidos da América.

Esse período de fim da experiência socialista no Leste Europeu trazia consigo uma aspiração de vitória do sistema capitalista, que se aprofundava no modelo econômico mercadológico de diminuição estatal que seria o chamado neoliberalismo. Se o chamado liberalismo clássico de Adam Smith (1723-1790) pregava a livre concorrência, propriedade privada e a não intervenção do Estado na economia, servindo de pilar ao capitalismo, seu modelo aprofundado, o neoliberalismo, No Brasil, o neoliberalismo do final da década 1980, encabeçado no Brasil nos governos de Fernando Collor de Mello tem como primazia está na diminuição total do Estado, sendo o mercado o eixo central da sociedade, livre concorrência em todos os setores sociais e a concorrência como modelo para o crescimento econômico. Esse novo liberalismo que na Europa e nos Estados Unidos inicia na metade do século XX, em especial após a segunda Guerra Mundial, chega tardiamente nos países da América do Sul, justamente no final da década de 80 e início da década de 90 do século citado.

Essa chegada tardia do modelo neoliberal na América do Sul, com exceção do Chile, que já estava vivendo o experimento econômico sob a gestão ditatorial de Augusto Pinochet — com restrição dos direitos sociais, Estado mínimo, privatizações, ausências de políticas sociais capitaneadas pelo Estado —, é imposta nesses países como o único e possível modelo econômico. Todavia, esse modelo neoliberal impetrado via Fundo Monetário Internacional e a

chancela norte-americana nos países do Sul contrapunham-se com a recém-Constituição Federal brasileira que trazia em seu bojo um modelo social com inúmeros direitos sociais e com um Estado fortalecido, nos moldes do chamado “Estado do bem-estar social”, modelo econômico que, embora capitalista, previa que o Estado deveria arcar com garantias sociais, como educação, saúde, previdência, garantindo a todos uma vida saudável para sua população.

Sanfelice (2003) identifica a importância de compreender três etapas do capital no Estado, o liberalismo clássico, o Estado do bem-estar social e o capitalismo vigente, no seu modelo neoliberal ou ultraliberal. O liberalismo clássico teria como base o chamado pacto social, em que o Estado e o poder político se consolidam como decorrência de um pacto entre os homens, seria o fim da condição humana como algo natural (*jus naturalismo*), e sim como condição societal, trazendo à tona as questões da cidadania e o modelo liberal com o mantra de igualdade, liberdade e fraternidade.

No que tange ao Estado do bem-estar social, ressalta-se a mudança do caráter do Estado, sendo esse o garantidor da efetivação de direitos e manutenção da cidadania, como manutenção da tranquilidade e da paz social dentro do sistema capitalista de produção. Significa dizer que o Estado passa a efetuar políticas públicas efetivas no sentido de que os cidadãos sejam contemplados com saúde, educação, garantias de emprego, conseguindo, assim, manter uma unidade dentro do aspecto social, impedindo arestas e brechas para que ocorram rebeliões que possam impedir o crescimento econômico e a preservação do sistema capitalista. Nesse sentido, a educação é vista como um direito de todos, garantido pelo Estado e sendo efetivado por meio das chamadas políticas públicas, consolidada como um direito público subjetivo como elenca Cury (2007), é um direito que torna o Estado obrigado atender todos seus cidadãos de forma equânime e de modo imediato.

Logo aquela Constituição recém promulgada, tida como uma das mais avançadas em termos de direitos e garantias já nascia envelhecida para o mercado neoliberal, diante disso eis as grandes contradições que veremos na gestão do setor público, com a entrada do movimento neoliberal, com metas, gestão empresarial do setor público, privatizações e entrada fortalecida do mercado. Na prática, o Estado serve ao mercado para indução da sua política econômica no setor público, em especial, na e, alterando, portanto, o método da educação e como sua efetividade e qualidade seria inicialmente conceituada e colocada em prática.

Evidente que seria importante um debate profundo do que se entende e se busca por qualidade da educação, a qualidade refletida em números nas avaliações em massa, para verificar o nível e a capacidade de aprendizagem de todos ou na busca efetiva da qualidade da vivência educacional, na troca de saberes e ampliação de conhecimento, no debate fraterno e

de uma educação inclusiva, dialógica e democrática como buscava oportunizar Paulo Freire, em contradição daqueles que, com o ideário neoliberal, compreendem a educação apenas como uma prestação de serviço estatal com viés de formação para o mercado.

No Brasil, o neoliberalismo do final da década 1980, encabeçado no Brasil nos governos de Fernando Collor de Mello (1989–1992) e aprofundada e aprimorada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), com a reforma do Estado de Bresser-Pereira, trouxeram elementos que se consolidam até hoje, principalmente no tocante à reforma educacional.

Ao tratar do ciclo de políticas públicas para o ensino superior na década de 90, foca-se principalmente no governo de FHC, principalmente pela promulgação da LDB/1996, reforma do Estado e a implantação por definitivo do conceito neoliberal nas políticas públicas, deixando sempre um vazio no que tange na análise dos governos curtos de Fernando Collor (1990/1992) e de Itamar Franco (1992/1994). Todavia, os atos e as políticas ali implementadas serviram também de base para as privatizações e para o avanço do neoliberalismo no Brasil.

O mandato de Collor interrompido em 1992 por um processo de *impeachment* é, no campo econômico e político, uma contradição no conceito que trazia o texto constitucional, pois há forte abertura econômica com a valorização e o empenho daquele governo em participar do processo de globalização capitaneado pelos Estados Unidos que se intitulava o vencedor da guerra fria, com o fim do bloco socialista liderado pela extinta União Soviética, vendendo o conceito ideológico de que o sistema capitalista de produção e o neoliberalismo com mercado ativo e estado mínimo era o caminho para os países.

Em que pese Itamar tivesse um perfil mais nacionalista de que seu antecessor, o modelo neoliberal implementado no período Collor permaneceu em seu governo, que não freou o estímulo às iniciativas privadas em contradição ao ensino público, tais afirmações são vistas nos seus discursos e mensagens ao Congresso em cada início de ano do período legislativo.

As realizações no tocante ao ensino superior são basicamente a manutenção das Ifes e concessão de bolsas da Capes para pesquisa e na pós-graduação. O foco governamental basicamente foi a educação do ensino primário e no ensino fundamental. Já o governo Itamar de fato interfere no Ensino Superior, em seu primeiro ano de governo houve pequena expansão nos cursos noturnos das Ifes e efetuou a alteração do Programa de Crédito Educativo que não chegava a atender a 5% do total de alunos matriculados no ensino superior, retirou a exigência de fiador e cadastro financeiro e distribuiu vagas nos Estados, conforme as IES cadastradas. Em mensagem enviada ao Congresso no início de 1993, resta evidente a priorização ao ensino superior privado quando o documento oficial cita sua prioridade no ano anterior “particular

ênfase tem merecido a assistência financeira às entidades universitárias não federais, mediante apoio ao estudante universitário pelo crédito educativo” (FRANCO, 1993).

Essas ações no campo de financiamento ao ensino superior privado e a inércia proposital no investimento no setor público, em conjunto com o contexto de influência internacional é sentido, amplificado e é a base para o aprofundamento do modelo neoliberal e das políticas públicas no ensino superior do governo de FHC.

A eleição de Fernando Henrique é naquele momento a efetivação do receituário liberal no Brasil, com a reforma do Estado e a consolidação de políticas públicas com metodologia empresarial, que são vistas com a privatização de empresas, criação de agências reguladoras, efetivação de legislação que minimizam o poder do Estado, fortalecem os entes privados e na seara pública estabelecem a gestão de metas, conforme fica claro na Reforma do Estado efetuada pelo Ministro Bresser-Pereira (1995 – 1998) no começo do primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O fortalecimento da iniciativa privada aliada com o modelo pregado nos organismos internacionais de uma educação como um produto ou um serviço que deveria ser ofertado para a população com o viés mercantil, seja ele no sentido da venda, seja ele no sentido de oferta de serviços ou principalmente com o seu modelo ideológico e de modelo de currículo é ampliado nos dias atuais. Mesmo com o arrefecimento do modelo neoliberal no início dos anos 2000 no Brasil e na América Latina com a entrada de governos progressistas (Lula e Dilma no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Chávez na Venezuela, Rafael Corrêa no Equador), as bases das reformas neoliberais nos anos 90 permaneceram inalteradas e agora estão sendo ampliadas com a volta de governos com políticas neoliberais em vários países da América do Sul, em especial no Brasil, após o golpe institucional que afastou em 2016 a presidenta Dilma Rousseff e reiniciou o modelo neoliberal com Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro.

Assim sendo, o modelo atual de neoliberalismo traz novamente o discurso da necessária reforma educacional, como identifica Freitas (2018), trata-se das velhas ideias sempre capitaneadas pelos neoliberais, agora, porém, com nova roupagem, mas em apertada síntese, são as ideias de alteração no currículo formativo das crianças e jovens, permitindo que a escola não seja o local do debate de ideias, pensamentos e formação social, mas sim seja o início de uma jornada do indivíduo no mundo do emprego de uma sociedade liberal, empreendedora, individualista e com viés mercantil. As reformas propostas e já consolidadas principalmente no tocante ao modelo formativo e curricular induz a capacitação dos nossos jovens ao mercado de trabalho e adaptadas ao capitalismo vigente, importante sempre compreender que a reforma e a maioria das reformas no Estado, servem apenas para que se consolide o modelo vigente do

capitalismo, formando indivíduos e sociedade adaptadas ao sistema vigente, se, no Estado do bem-estar social havia a necessidade de enquadrar a educação como direito do cidadão para evitar fissuras no modelo do capital e no crescimento econômico naquele momento, neste período histórico a reforma serve também para a manutenção do sistema vigente, que se adequa e se reinventa depois de nova crise.

Para Jeffrey (2012), essas contradições, entre as garantias constitucionais sobre direitos sociais e com o avanço do neoliberalismo no seio educacional, ficam perceptíveis nos anos 1990, com a entrada de uma cultura empresarial no setor público, em especial na educação, quando passamos a compreender e analisar a educação por meio de metas e seus projetos e programas são notadamente gerenciais. Para a melhor compreensão desse conceito de gerencialismo na educação, faz-se necessário compreendermos os ciclos de políticas, método de análise da constituição das políticas públicas de Stephen Ball.

Na perspectiva das condições legais, que possibilitam os financiamentos de determinados setores sociais para que se efetivem e sejam implementados de fato os direitos sociais, a educação é um direito social e dever do Estado, trazidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), conforme elenca Lenza (2004), o objetivo do poder constituinte originário é a criação de uma nova ordem social e de uma criação de um novo Estado, retirando, então, os pilares do Estado anteriormente constituído. Têm-se, assim, o entendimento de que, a cada nova promulgação de uma Constituição, cria-se uma nova concepção de Estado.

Segundo Cury (2002), em que pese no Brasil a educação seja tratada como direito desde a Constituição Federal de 1934, é somente na CF/88 que esse direito assume a característica de um direito público subjetivo, um instrumento jurídico de autocontrole da ação do Estado, pois em caso de negativa deste direito, existe a permissão de acionar judicialmente o Estado em conceder, executar aquele direito devido e previsto em seu ordenamento, trata-se da obrigatoriedade do Estado em atender seus cidadãos naqueles direitos sociais trazidos na legislação inaugural.

A CF/88 aborda o aspecto socioideológico quando elenca os direitos sociais, um misto do compromisso do Estado liberal individual com o Estado social, com possibilidades de sua intervenção para a regulação de novas normas, a garantia de efetivação dos direitos trazidos no âmbito do “dever ser”. Nesse sentido, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), durante o governo de FHC, a legislação significou naquele momento um avanço no que fora estabelecido no artigo 205 da CF/1988, reiterando no artigo 2º, a educação como dever da família e do Estado. Já o artigo 5º da LDB/1996, elenca a educação como direito público subjetivo, reiterando novamente preceito já estabelecido anteriormente na Carta de 1988.

Esta lei representou um marco na legislação educacional brasileira, fruto e espelho da correlação de forças políticas e sociais vigentes naquele período histórico de redemocratização da sociedade brasileira. Trouxe inovações e reforçou garantias no tocante ao direito à educação, notadamente, reforçou o caráter neoliberal, iniciado com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 e aprofundado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Nota-se, entretanto, que a legislação reforçou naquele momento às garantias educacionais, como dever do Estado e como direito subjetivo, estas são restritas tão somente na obrigatoriedade da oferta da Educação Básica, excluindo então o Ensino Superior como direito de todo cidadão.

Todavia a LDB 9394/96, trouxe garantias orçamentárias quanto à manutenção do ensino superior público e premissas, para o que acontecerá mais tarde em outra conjuntura política, utilizadas como base para que programas como o Prouni (Programa Universidade Para Todos, criado em 2005, cujo objetivo era de aumentar e permitir o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior mediante parceria com universidades privadas), pudessem ter sido lançados posteriormente, evidentemente que cercada de debates e vieses ideológicos no sentido de compreensão e concepção do papel educacional no Estado e na sociedade.

Para além dessas legislações educacionais, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, com vigência estabelecida dos anos de 2002 a 2012. Estabelecia metas e diretrizes para serem cumpridas em um período de uma década. O Prouni, previsto nas metas para o ensino superior nesse plano, visava ampliar a oferta para 30% da faixa etária de 18 até 24 anos, uma meta ousada naquele momento histórico, tendo em vista que o Brasil possuía, ao final da década de 90, apenas 12% de jovens na idade entre 18 e 24 anos cursando o ensino superior, sendo uma das piores taxas dos países da América Latina, conforme trazia o próprio plano.

Sendo assim, nota-se que o Brasil possui forte arcabouço de legislação na seara educacional, não significando evidentemente que as referidas leis foram ou não efetivadas. Ademais, conforme elenca Saviani (1990), em entrevista que tratava sobre os projetos de uma nova LDB, esses reforçavam que havia dois tipos de análises sobre a legislação. A primeira seria que bastasse uma boa legislação que toda a educação seria modificada automaticamente, e a segunda a predominância do pensamento que tratava da legislação como algo inócuo, distante da realidade e da sua efetividade. Dessa forma, nada adiantaria existir uma boa ou má legislação, uma vez que estava distante da realidade social.

Saviani (1990) indica que nenhuma das duas análises estariam completamente corretas, pois a legislação não teria sozinha a capacidade de alteração da realidade, todavia também não pode ser considerado como inócua ou sem validade, pois a promulgação de uma legislação remeteria à correlação de forças existentes no momento de seu debate e posterior promulgação

e que, posteriormente, produziria efeitos na sociedade; e, partindo dessa premissa, analisar a correlação de forças sociais, políticas e econômicas do período histórico de sua promulgação.

Ao analisar as contradições que tivemos ao final da década de 1980 no Brasil, percebemos o seguinte cenário: a promulgação de uma Constituição com a garantia de direitos sociais; e os grandes centros econômicos com a mentalidade centrada no neoliberalismo com a restrição de direitos, que idealizavam o Estado mínimo como ponto chave e central para alavancar uma nova metodologia e resolver os problemas sociais. Dentro dessa contextualização contraditória, a década de 1990 no Brasil é muito intensa, tem-se em 1989 a primeira eleição direta para presidente depois da Ditadura Cívico-Militar, em que Fernando Collor de Melo é eleito com um discurso de abertura econômica e combate aos privilégios e a corrupção.

Esse contexto da influência internacional da abertura econômica é sentido e amplificado no Brasil com a eleição de FHC no pleito eleitoral de 1994. A eleição é, naquele momento, a efetivação do receituário liberal no Brasil, com a reforma do Estado e a consolidação de políticas públicas com metodologia empresarial, que são vistas com a privatização de empresas, criação de agências reguladoras, efetivação de legislação que minimizam o poder do Estado, fortalecem os entes privados. Enquanto, na seara pública, estabelecem a gestão de metas, conforme fica claro na Reforma do Estado efetuada pelo Ministro Bresser-Pereira (1995) no começo do primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Jeffrey (2012) cita ainda que a reforma educacional da década de 1990 é altamente influenciada pelos acordos internacionais cuja metodologia era calcada no neoliberalismo, com metas, descentralização dos entes federativos e responsabilização dos indivíduos.

Importante ressaltar que essa metodologia empresarial, iniciada nos governos neoliberais de Fernando Henrique não foram interrompidas na gestão do presidente Lula e da presidenta Dilma, cujos governos foram identificados como progressistas e mais focados em áreas sociais, cujo modelo econômico se contrapunha em determinados momentos ao neoliberalismo. Oliveira (2009) mostra que a gestão educacional dos governos petistas foi marcada pelo plano de desenvolvimento da educação, com programas em parcerias com municípios, programas assistencialistas, projetos e parcerias com entidades não governamentais e parcerias com entidades privadas, efetivação disso é o Prouni, que elenca uma complexa gama de legislação que envolve o público com a destinação de isenção de impostos, assistencialismo e redistribuição de renda com o suporte da plataforma de entidades privadas, com metas e resultados a serem obtidos durante prazo determinado, como trazia o Plano Nacional de Educação.

A mentalidade empresarial restou tão forte no imaginário social que uma das “qualidades” vendidas para a primeira eleição de Dilma Rousseff era de que ela tinha a postura empresarial de cobrança de metas e resultados, era a “gerente do PAC”, o Programa de Aceleração do Crescimento, programa importante no final do segundo governo Lula que tratava de grandes obras de infraestrutura em todas as regiões do Brasil. Esse ideário neoliberal cuja mentalidade de metas e resultados se consolidou no Brasil e na seara pública, em especial na Educação, é tido por Jeffrey (2012) como a consolidação do gerencialismo na gestão educacional brasileira.

Esse receituário neoliberal impacta fortemente as políticas públicas na educação, em especial na educação básica, em que a responsabilização dos profissionais de educação é individualizada e, inclusive, os ganhos financeiros são dados aos profissionais que atingem as metas estabelecidas por intermédio das avaliações externas. No ensino superior, essa mentalidade e esse estabelecimento do receituário neoliberal são vistos em dois momentos. O primeiro direto, por meio dos programas sociais como o já citado Prouni que estabelece a parceria público-privado, como a consolidação do Enem como método de avaliação ampla e necessária para a entrada no ensino superior e, no segundo momento, é analisado pela desvalorização dos cursos mais ligados às Ciências Humanas e à pesquisa e à valorização de cursos superiores mais ligados às áreas técnicas.

A compreensão do atual Estado em que vivemos, notadamente na área da educação, é de corte de investimentos públicos que afetam a existência de muitas universidades federais. Principalmente após o início do governo Temer (2016) — marcado com a promulgação da PEC do Teto, que bloqueia o investimento público durante 20 anos, ferindo de morte os programas sociais e investimentos nas áreas como saúde e educação. Agora, esse Estado, reforçado com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, que trata as universidades públicas como “antro de comunistas”, atacando diariamente o legado de Paulo Freire e tratando a educação como um mote da sua luta ideológica, não é fruto do acaso, mas é fruto de uma sequência de políticas públicas idealizadas e pensadas dentro de um aspecto neoliberal no ponto de vista da economia aliado com a desvalorização da pesquisa e da áreas relacionadas às ciências humanas.

O entendimento desse ciclo de políticas, analisando os governos do período democrático, em especial os governos FHC, Lula, Dilma, Temer e governo Bolsonaro sob o ponto de vista desse gerencialismo de que trata Jeffrey (2012), com base no ciclo de Ball (2009), facilita a compreensão do que foram esses governos, as políticas voltadas ao setor educacional permeados dos diversos e complexos contextos políticos de cada momento histórico, bem como

os resultados e as implicações que toda essa diversidade de políticas públicas ocasionam e podem ocasionar para o futuro.

Podemos inicialmente já identificar os malefícios desse modelo empresarial para a educação, pois ele prioriza a formação dos estudantes para o mercado de trabalho, conforme análise de Gentili (1998).

No ensino superior, os cursos mais valorizados são aqueles de que o mercado precisa, bem como existe a supervalorização dos chamados cursos de curta duração, formação técnica, rápida e voltada para a mão de obra ao capital. Os cursos de licenciatura notadamente ficam desvalorizados, o que implica, inclusive, na formação de qualidade dos futuros professores. Ademais, a política pública neoliberal na gestão educacional claramente é voltada com preferência para as instituições do ensino superior privado, sufocando as universidades federais com corte de recursos e diminuição de *campi* e cursos, conforme cita evidentemente o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe econômica.

Referido impacto dessa estrutura neoliberal no setor público, em especial na educação é o que temos atualmente, uma educação excludente, que não forma cidadãos conscientes e prontos para a vida em sociedade e a individualização da responsabilidade, em especial dos professores, retirando a responsabilidade do Estado, impondo a mentalidade neoliberal, formando alunos para o empreendedorismo e com pouco reconhecimento do estudo, esse conjunto de fatos, leva-nos a uma sociedade cada vez mais hostil nos tratos sociais com prioridades diversas daquelas que constroem uma sociedade mais justa para se viver.

Diante do desconforto apontado nos discursos e debates políticos, depois de cinco anos de rompimento do ciclo dos governos de esquerda (Partido dos Trabalhadores-PT) no Brasil, muito tem se discutido sobre o legado que esse período governado durante os anos de 2003 a 2016, que deixou o Brasil, notadamente após o desmonte das políticas sociais em consonância com a regressão de investimento em áreas sociais.

Na educação não foi diferente, em especial com a crise econômica mundial de 2015, que o Brasil foi duramente atingido. Segundo Cunha, Andrade, Lopes, Nascimento e Valverde (2015), a crise de 2015 pode ser explicada pela compreensão de que o Brasil viveu, de 2003 até 2013, um período de crescimento econômico alcançado pela economia de mercado chinesa e com as políticas públicas de aquecimento econômico interno, como a valorização do salário-mínimo, programas de transferência de renda e ampliação do crédito para consumo.

2.2 Projeto de Governo FHC (1995-2002) e as políticas sociais neoliberais

A eleição de 1994 foi considerada uma das mais importantes após o término da Ditadura Civil-Militar que se findou com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. A primeira eleição direta para presidente que ocorreu em 1989, que culminou com a eleição de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), substituído por Itamar Franco (1992 – 1994) após o processo de *impeachment* que culminou com a renúncia do então presidente eleito, foi apenas uma eleição para presidente, diferente do pleito de 1994, que foi uma eleição para os cargos legislativos e executivo.

Essa eleição inaugurou no Brasil o modelo de política econômica neoliberal, com fortalecimento dos investimentos internacionais, abertura de mercado e dolarização da economia local. Afetado pela crise política e econômica do período que trazia um conjunto de escândalos de corrupção na esfera política e uma gestão econômica marcada pelo confisco da poupança dos brasileiros e inflação descontrolada, Collor sofre processo de *impeachment*, renuncia antes de sua cassação e é substituído pelo vice-presidente Itamar Franco em dezembro de 1992. O novo presidente Itamar Franco assume com um discurso de unificação e pacificação nacional, aproxima-se de políticos de setores progressistas, como Luiza Erundina em São Paulo, dialoga com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, faz sinalizações ao campo da direita por meio da inclusão de partidos da direita em sua base de sustentação e indica, em maio de 1993, como Ministro da Fazenda o então senador Fernando Henrique Cardoso.

O presidente Itamar Franco e o Ministério da Fazenda, já seguindo a cartilha do neoliberalismo internacional, sob o comando de FHC, implementou o Plano de Estabilização Econômica que, segundo Tomio, Robl Filho e Kanayama (2009), teve duas fases, a primeira consistia em um ajuste fiscal de curto prazo e a elaboração de uma nova moeda para combater a inflação, inicialmente por meio da Unidade Real de Valor (U.R.V.), que era a média de três indicadores econômicos e a segunda fase foi a implementação do plano Real e a criação da nova moeda brasileira, que conseguiu o controle inflacionário e trouxe a perseguida estabilidade econômica que o receituário neoliberal indicava como necessário como vetor de privatizações e investimentos internacionais.

Fora nesse contexto político, econômico e social que Fernando Henrique Cardoso disputa a eleição presidencial pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), com seu principal aliado, o Partido da Frente Liberal, sucessor da Aliança Renovadora Nacional (Arena), principal partido da ditadura civil-militar. Em que pese disputando a eleição na guarida de um partido cujo nome versava sobre a social democracia, Fernando Henrique já trazia em seu

programa de governo, o receituário neoliberal, a continuidade da política econômica implementada por ele em sua estadia no Ministério da Fazenda do governo Itamar, ou seja, a necessidade de redução do Estado, a privatização e a dolarização da economia brasileira, efetivado com a paridade entre o dólar e o real, fato esse destacado por Mirhan (2019) como nefasto para a independência econômica brasileira. A eleição foi vencida por FHC com 55% dos votos válidos, sendo eleito ainda no primeiro turno, assumindo o mandato em 1º de janeiro de 1995.

Segundo Sallum Junior (1999), o governo FHC inicia-se em oposição à chamada Era Vargas, que estava vigente desde os anos 30 do século XX, com foco total no desenvolvimento nacionalista que foi passando por crises nos anos 1970/80 e é totalmente retirado no governo FHC. Este afasta inclusive dos princípios constitucionais, no que tange ao desenvolvimento nacionalista, a política econômica daquele governo, que possui economistas com viés mais desenvolvimentistas na época, como Bresser Pereira, José Serra, possuía também economistas de setores liberais, como Pedro Malan, Armínio Fraga entre outros, que ao término do mandato e da conjuntura política naquele momento foram os vitoriosos no que tange a implementação de sua política econômica.

Os processos de privatização no governo FHC foram os maiores em toda história do Brasil, as empresas estatais foram vendidas ao mercado, foram criadas agências estatais para auferir a qualidade dos serviços prestados desses setores econômicos recém-privatizados. Sallum Junior (1999), define o período FHC sob um tripé de liberalismo, estabilização e desenvolvimento econômico, esses eixos ficariam marcados pelo liberalismo, com a nova relação entre Estado e mercado, principalmente na quebra de princípios constitucionais que advinham no sentido do nacional desenvolvimentismo, retirando do Estado e reduzindo sua participação em vários setores da economia. A estabilização econômica iniciava-se desde o Plano de Estabilização Econômica no governo de Itamar Franco, mantendo a dolarização da economia e os moldes do tripé econômico seguindo os ideários liberais. No tocante ao desenvolvimento econômico, são efetuados programas de compensação econômica para setores da economia local.

Nessa conjuntura do primeiro mandato do governo FHC, a educação é marcada pela promulgação da LDB/1996, que reforça os deveres e garantias constitucionais e elenca o principal ponto positivo da lei, que é a vinculação orçamentária de investimentos educacionais da União nunca menor dos 18% e 25% dos recursos dos orçamentos em municípios e estados. Todavia, a lei não elenca o ensino superior como obrigatoriedade de vinculação da União, diferente do ensino básico, que é determinado como obrigação do Estado.

Para o ensino superior, o governo FHC é marcado pela expansão do setor privado, conforme detalha Durham (2010), porém sem indicar uma privatização do ensino. Notadamente, o governo FHC finaliza sua política estudantil com baixa expansão do setor público e aumento de vagas no setor privado, fato esse que seria notadamente um caminho para os programas que foram consolidados no governo Lula. O próprio plano de governo de FHC já indicaria a adesão ao modo gerencial de administração do setor público em consonância com o viés e com a cartilha neoliberal: condicionando o envio de verbas às avaliações e produtividade, com a chamada “racionalização” de gastos, bem como a consideração do ensino e da rede privada como parte do conjunto do ensino superior:

QUADRO 1 – Plano de governo de FHC – política neoliberal (1994)

Trecho do Plano de Governo FHC	Análise da Política Neoliberal
O governo federal atuará na melhoria da qualidade do ensino superior público e privado, em cooperação com estados e comunidades locais buscando:	
Reformular o sistema de autorização para a criação de estabelecimentos e cursos, fixando critérios objetivos para distribuição de auxílios às instituições comunitárias, condicionados à avaliação da qualidade.	O ideário neoliberal é notabilizado com a facilitação de abertura dos cursos superiores em instituições privadas com flexibilidade de avaliações, inclusive para o encaminhamento de recursos federais.
Implantar um sistema de avaliação das universidades brasileiras de forma a estimular a produção acadêmica coletiva e individual dos professores. Eliminar os entraves burocráticos ao desenvolvimento da universidade, estabelecendo critérios claros de autonomia acadêmica e de gestão dos recursos.	Neste item, reestabelece o critério da produtividade e autonomia acadêmica, seguindo o ideal de menor interferência estatal, que foi promulgado através da LDB/1996. Conforme elenca Jeffrey (2012) o item principal seria a gestão de recursos e não mais a educação.
Eliminar o desperdício e a capacidade ociosa. Estimular a criação de cursos noturnos.	A criação do ensino noturno e a eliminação da chamada capacidade ociosa se enquadra no chamado enxugamento dos custos estatais.

FONTE: adaptado de Cardoso (2008)

O projeto efetuado nos oito anos de governo FHC seguiram literalmente o modelo neoliberal de administração estatal, com foco nas privatizações e nas chamadas parcerias público-privado, no setor educacional, não houve de fato nenhuma política pública de inclusão social, mas a reforma administrativa impactou de modo brutal a forma de se compreender o ensino superior, notadamente voltado ao mercado, centrado nas universidades privadas, com

foco no estímulo de créditos públicos para o financiamento e a potencialização do ensino privado.

São exatamente essas políticas públicas, essas mudanças administrativas e a pulverização da iniciativa privada que servem de base para o governo Lula implementar suas políticas públicas no ensino superior.

2.3 O projeto de governo Lula (2003-2010) na contradição de políticas neoliberais e a criação de políticas para ensino superior: a inserção do excluído

O término do segundo mandato FHC no ano de 2002 com alto índice de reprovação maior que aprovação, de desemprego elevado e seu candidato, José Serra sendo derrotado pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva, na frente capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A eleição de 2002, segundo Barbosa (2013), foi marcada por forte ataque especulativo do mercado, que temia a vitória do presidente Lula, no sentido de interromper o fluxo do neoliberalismo no Brasil.

A eleição de Lula é fruto do fracasso ou sucesso do neoliberalismo, que enfraqueceu o Estado, ocasionou desemprego, baixos salários e uma instabilidade grande no campo social. A campanha de Lula sinaliza para o resgate dos direitos sociais e, no campo econômico, sinaliza ao mercado com um candidato à vice-presidência do campo empresariado nacional, que foi José Alencar, além de publicar uma carta em que sinalizava a manutenção das políticas macroeconômicas de estabilidade durante o governo FHC.

O governo Lula inicia com um discurso que, de fato, contemplava a conciliação entre todos e, ao mesmo tempo, sinalizava nos setores sociais com a centralidade no combate à fome, mas também no campo liberal, com a reforma da previdência. Previdência esta que aumentou o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria dos trabalhadores. Concomitantemente, a política econômica de 2003 até 2005 é marcada pelo ajuste macroeconômico que visava buscar a estabilidade fiscal e monetária sem romper com o modelo liberal de economia.

Os primeiros anos do governo Lula na política econômica, em que pese tenha mantido bases do liberalismo econômico, altera os rumos de prioridade de investimentos, a liberação de crédito ao consumo interno, os programas sociais de distribuição de renda que aqueceram o mercado interno aliado ao cenário internacional com o crescimento da China elevaram o crescimento do PIB, diminuíram o desemprego. Tudo isso, aliado aos programas sociais como “Fome Zero”, “Bolsa Família”, “Luz para Todos”, entre outros, e na educação com a promulgação do “Prouni”, elevaram também a sensação de bem-estar social de todos.

No campo político, o governo Lula é sustentado por uma base heterogênea de partidos e matizes ideológicas diversas, essa base é fundamental para que o governo Lula consiga aprovar diversos projetos aprovados de cunho social e progressista. Todavia, o arco de alianças traz inúmeros problemas no tocante à troca de cargos, e uma série de escândalos de corrupção explodem ainda no primeiro mandato, ocasionando fissuras em sua base social no ano de 2005, mas o sucesso econômico com índices elevados de emprego supera a crise econômica e leva à reeleição de Lula em 2006.

O segundo mandato (2007 – 2010) é marcado pela superação da crise econômica mundial de 2008, em que o aquecimento do mercado interno superou a crise do capital e da bolha financeira dos Estados Unidos. As medidas sociais possuem sucesso e alcance no seio da sociedade, permitindo uma alteração do foco e a possibilidade de dados invejáveis — como a superação da fome, a oportunidade de jovens de baixa renda alçar o ensino superior e índice de pleno emprego, fatores de elevado bem-estar social e notadamente com os grandes empresários lucrando de forma notada.

Quanto às políticas para o ensino superior, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 –2010), seu plano de governo apresentava um projeto de intervenção e reestruturação no ensino superior, entre eles, havia a remodelação do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e o Prouni (Programa Universidade para Todos). Este último, objeto desta pesquisa, foi criado em 2004, por meio da Medida Provisória nº 213/2004, convertida em lei no ano seguinte (Lei nº 11.096/2005).

QUADRO 2 – Plano de governo de Lula – política neoliberal (2002)

Plano de Governo Lula 2002	Análise da política neoliberal.
<p>33. Os dados do Censo do Ensino Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso ao Ensino Superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado. São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.</p>	<p>Essa parte do plano de governo de 2002 do então candidato Lula, já indica que o principal foco no Ensino Superior seria o aumento da inserção dos jovens no ensino superior, com foco na ampliação de vagas, que seria efetivado através do REUNI, e a reformulação do sistema de crédito educativo, a ampliação do Fies e a promulgação do Prouni.</p>

FONTE: adaptado de Silva (2002)

No plano de governo e o governo Lula, em especial, o primeiro ciclo de 2003 até 2006, apresentam-se as maiores mudanças no ensino superior, com a efetivação do Prouni em 2005, bem como com a ampliação do Fies no início do governo. Essas ações contemplam a ampliação do acesso ao ensino superior de jovens que jamais teriam condições de cursar o ensino superior. Todavia, essa ampliação aconteceu, em sua maioria, por meio dos espaços ociosos do ensino superior privado, que havia sido impulsionado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

É de fato uma política pública que demonstra muito claramente o que foi o governo Lula, no sentido de conseguir manter os altos índices de transferência de renda e oportunidades, mantendo os ganhos e o crescimento econômico das elites nacionais.

O segundo mandato no setor educacional traz o foco da manutenção e ampliação do Prouni, programa que de fato ampliou e deu oportunidade de inserção de milhões de jovens ao ensino superior. Efetivamente, essa foi, efetivamente a maior política pública de ensino superior já realizada no país. Nota-se, e não devemos ignorar, que essa política é também fruto da contradição política do próprio sistema capitalista, que permite programas sociais combinado à lucratividade dos grandes grupos econômicos dentro do receituário neoliberal:

QUADRO 3 – Plano de governo de Lula – política neoliberal Política Neoliberal (2007)

Plano de Governo Lula 2007-2010	Análise da política neoliberal
Aprofundar a ampliação do ensino superior de qualidade: continuidade do Prouni, criação de novas universidades e de mais vagas nas Universidades Federais existentes; aprovação da Reforma Universitária, desenvolvimento de Plano Nacional de Pós-Graduação e do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).	No segundo mandato, o plano de governo do então Presidente Lula, o foco é o aumento e consolidação do Prouni, parceria com a iniciativa privada. E na educação pública destaca-se a ampliação e criação de novas Universidades Federais, de fato há uma grande ampliação e inserção de jovens neste período.

FONTE: adaptado de Silva (2007)

Em que pese as críticas e contradições no tocante à ampliação do acesso ao ensino superior via ensino privado, há que se considerar que, de fato, o governo Lula amplia o número de *campi* das universidades federais, aumenta o número de vagas, com a ampliação do ensino noturno, continuando um ciclo iniciado no governo FHC e cria os Institutos Federais, deixando uma base efetiva no tocante ao ensino público e reforçando a necessidade das universidades privadas para conseguir de fato atender a população jovem que sonhava com a possibilidade de acesso ao ensino superior.

Segundo Carneiro (2018), o governo Lula encerra um ciclo econômico de extremo crescimento, baseado nas políticas de transferências de renda, consumo e estímulo à exportação,

impulsionado pela alta da economia chinesa e seus impactos positivos no Brasil, como parceiro econômico. O ano de 2010 é marcado pelo término do governo Lula, que consegue eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, que havia sido ministra de Minas e Energia e assumiu as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Segundo o Ministério do Planejamento, esse programa promoveu a retomada do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável, gerando, inclusive, milhões de empregos e impulsionando a economia local.

Nesse contexto, o governo Lula deixa seu mandato de oito anos com aprovação de 87%,% e o governo com aprovação de 80%, segundo pesquisa do Ibope realizada em dezembro de 2010. O fim do governo Lula também é o fim do ciclo de um modelo econômico que se arrefece e traz desafios ao governo da presidenta eleita, Dilma Rousseff.

2.4 Governo Dilma (2011-2016): da crise econômica ao rompimento de um ciclo

Para compreender o período do governo Dilma, é necessário analisar o final do ciclo econômico do governo Lula e os desafios que se impõem na continuidade dos governos petistas. Conforme explanado anteriormente, o governo Lula é galgado economicamente pelo fortalecimento da economia chinesa aliado ao fortalecimento e incentivo da economia interna, impulsionada pelas linhas de crédito ao consumo. Esse ciclo econômico esgota-se ao final de 2010, trazendo para o governo recém-eleito as contradições e tensões sociais relativas ao campo político, econômico e social.

Todo investimento público — em especial as chamadas políticas públicas sociais, que no Brasil são trazidas com força na CF/88, com base no chamado Estado do bem-estar social, que teve seu momento mais consagrado nos governos petistas, em contradição aos governos liberais de FHC, marcado por reformas que diminuiriam o investimento e o colchão social — apresentam no governo Dilma um dilema econômico e algumas tensões sociais. Pois seu modelo político é um contraponto na cartilha liberal de Estado mínimo, contrariando as regras do mercado internacional e, pois por, trazendo dificuldades no campo econômico desse governo.

Nas políticas sociais, o compromisso da candidata é a manutenção dos programas iniciados no governo Lula. No setor educacional, isso é claro na carta compromisso que foi lançado com os 13 compromissos da candidata Dilma para o Brasil. A seguir, destaca-se a ampliação do Prouni:

QUADRO 4 – Plano de governo Dilma – política neoliberal– Política Neoliberal (2010)

Plano de Governo Dilma (2010-2014)	Análise da política neoliberal
<p>Nas suas atribuições específicas, dará continuidade à ampliação e à qualificação do Ensino Superior. Mais universidades públicas, mais campi e extensões universitárias garantirão a ampliação das matrículas. Mais verbas para estimular as pesquisas e fortalecimento da pós-graduação, que será expandida a todas as regiões do país. A experiência do Prouni será potencializada, permitindo a mais estudantes de baixa renda ingressarem na universidade.</p>	<p>O foco permanece na parceria e no uso da ocupação das vagas do ensino superior privado, o foco é a ampliação do Prouni, vagas no ensino privado e investimento cruzado na iniciativa particular, permanecendo e aumentando as contradições entre o público e o privado.</p>

FONTE: adaptado de Rousseff (2010)

O modelo econômico do governo Lula, cujo impacto social e de crescimento em diversas áreas e que permitiram inclusive políticas públicas sociais como o Prouni, tido como prioridade de ampliação pela candidata Dilma, de fato estava chegando a momento de estagnação, o que faria que o novo governo formulasse novo ciclo de política econômica para a continuidade dos chamados programas sociais.

Sendo assim, segundo Carneiro (2018), a escolha do governo Dilma, visando à modificação nos rumos econômicos e à manutenção do crescimento, é efetuado por meio da diversificação da estrutura produtiva e do investimento autônomo privado e público apoiado pelo Estado, diferentemente do investimento induzido, até então praticado no governo Lula. Essa diferença no viés econômico traz para o governo Dilma também o desafio de obter novos parceiros e novas alianças no campo político, econômico e social, também diferentemente do ciclo de alianças de conciliação praticado pelo presidente Lula.

Esse novo modelo desenvolvimentista conduzido pelo governo Dilma trouxe fissuras no relacionamento com os grupos dominantes que tinham vivenciado ótimo momento de crescimento até 2010, pois existia o claro fortalecimento do Estado por meio da Petrobrás e do BNDS. Na área social, foi efetuada a prioridade apenas para as classes mais populares, deixando de lado investimentos e políticas que alcançavam a chamada classe média.

Essas novas alianças e rupturas deixaram o governo Dilma instável no campo político, econômico e social. Os dois primeiros anos do governo Dilma são marcados por certa tranquilidade, advindas ainda do crescimento econômico do período do governo Lula e com a ascensão de 40 milhões de pessoas na chamada nova classe média. Entretanto, o ano de 2013 deve ser considerado o início do fim daquele período econômico, dada sua complexidade e sua

intensidade, erupção e convulsão social, é um ano que valeria por uma década, e seus impactos são sentidos ainda hoje notadamente nas áreas sociais.

Para compreender o ocorrido no ano de 2013, importante salientar que, mesmo com a desaceleração no crescimento econômico, ele inicia-se ainda com uma estabilidade social, com índices de desemprego e inflação controlados. Em março de 2013, a pesquisa Datafolha indica que a presidenta Dilma teria 65% de aprovação do seu governo e caminhava tranquilamente para sua reeleição, ostentando uma média de 53% até 60% de intenção de voto, a depender do cenário político e dos candidatos em questão. O relativo cenário de tranquilidade e calma é abruptamente alterado em junho de 2013, nos dias 6 e 7 daquele mês, alguns jovens integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) protestam em São Paulo/SP contra o aumento das tarifas dos ônibus e do metrô, que subiam de R\$3,00 (três reais) para R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos), os protestos ocorreram com alguns atos de vandalismo que foram condenados pelo governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) e pelo prefeito Fernando Haddad (PT).

Novo protesto acontece no dia 13 de junho. Nesse dia, ocorre um violento confronto entre os manifestantes e a Polícia Militar, que efetua prisões dos manifestantes e dispersa o ato com forte aparato policial e violência desproporcional. Esse ato foi o estopim para eclodir manifestações gigantes em todo o país.

No dia 17 de junho daquele ano, em resposta aos brutais ataques das forças policiais contra jovens de todo o Brasil, organizaram-se novas manifestações. Dessa vez, o que era um protesto de centenas de jovens contra o aumento de tarifa torna-se uma manifestação com milhares de pessoas na rua, manifestando contra todas as mazelas sociais existentes.

A Copa do Mundo que seria disputada em 2014 no Brasil também vira alvo de ataques, era uma explosão social, protesto de vários tipos e principalmente capitaneado pelo grande capital financeiro que havia perdido economicamente com a mudança de rumo do governo Dilma e com base social na classe média, que vinha perdendo espaço na política social daquele período. Essa eclosão na rua deixa acuado o governo Dilma, que começa a perder ali sua base social e apoio político; se no começo de março de 2013 a aprovação do governo era alta, no final do mês junho, nova pesquisa Datafolha indica que a aprovação de 65% de ótimo e bom cai para 30%. A pesquisa de intenção de voto em março de 2013 apontava a presidenta Dilma com 58% das intenções de voto, na pesquisa Ibope de julho as intenções de voto caem para 30% e 38% em setembro daquele ano.

Em setembro de 2013, a presidenta Dilma sanciona a Lei nº 12.858/2013 que destina para a educação e para saúde parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, a chamada “Lei dos Royalties do Petróleo” destinaria

75% para a educação e 25% para a saúde, a expectativa naquele período era de repassar o montante de R\$ 19,96 bilhões em 2022 e totalizará R\$ 112,25 bilhões em dez anos, conforme reportagem do G1 na época dos fatos. Referida aprovação e promulgação da lei é a principal fonte de investimentos públicos para a Educação do período do governo Dilma.

O ano de 2014 inicia-se ainda sob forte ataque especulativo interno e externo contra o governo, o mercado especula contra o modelo econômico, os protestos diminuíram sua intensidade, mas ainda permaneciam, agora, contra a realização da Copa do Mundo e suas obras de infraestrutura e mobilidade, em especial a construção de estádios para a realização dos jogos. No campo político a tensão permanece, sob o ataque da operação Lava Jato, que investigava esquemas de corrupção entre o governo federal, empresas estatais e privadas que atingia os governos petistas, em especial membros do governo do presidente Lula.

A eleição daquele ano foi disputada por 11 candidatos, marcada por ataques entre os principais candidatos, Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB). Em seu plano de governo, a presidenta Dilma, na área educacional, foca principalmente o ensino técnico, com atenção ao chamado Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), versão do Prouni visado ao ensino técnico, com parcerias na iniciativa privada, mantendo o ciclo de políticas com incentivo e incremento financeiro ao privado em contradição à expansão do setor público. No ensino superior, a meta é a manutenção do Prouni com foco em aumento de qualidade.

O segundo turno é disputado entre Dilma e Aécio, marcado por diversos ataques pessoais, notícias falsas e com forte presença do ex-presidente Lula, Dilma Rousseff é reeleita com 51,64% dos votos válidos ante 48,36% dos votos em Aécio. A disputa apertada, aliada à crise econômica e ao apoio social combatido já indicam que o segundo mandato da presidenta Dilma seria tenso e complexo.

Essa conjunção de ações no setor econômico fez o Brasil superar a crise econômica de 2008, relacionada a quebra de grandes bancos nos Estados Unidos, gerando caos no mercado financeiro em todo mundo. Todavia, essa política econômica do período de 2003 até 2013, começa a ter seus limites no ano de 2014 e aprofunda-se no ano de 2015, em nova crise do capital, desta vez puxada por uma crise de superprodução chinesa, que abalou o modelo brasileiro de desenvolvimento do capital agrário de exportação de matéria prima, aliada ao sistema de dívida pública e especulação financeira no mercado. Foi nessa conjuntura econômica mundial que a pressão do mercado fez com que, ainda no início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011–2016), a política econômica fosse mais conservadora, seguindo a cartilha do capital especulativo, ou seja, com aumento de juros, aumento da taxa

Selic e restringindo os investimentos públicos e efetuando cortes em direitos sociais, como a alteração na concessão do benefício do Seguro Desemprego em 2015 e no abono salarial.

No contexto político, Mancebo (2017) elenca os principais fatores de desestabilização do governo Dilma, que até meados de 2013 caminhavam com alto índice de aprovação, e pesquisas indicavam uma reeleição com certa tranquilidade. No entanto, ainda em 2013, o Brasil vira um palco de grandes e recorrentes manifestações de massa, que iniciaram na cidade de São Paulo com um protesto contra o aumento das passagens, que fora reprimido com muita violência policial, aquele momento foi um estopim para que se iniciasse em todo país diversas manifestações sociais, que não tinham um objetivo único — tratava-se de protesto contra os grandes eventos, contra medidas provisórias, contra corrupção. Enfim uma grande e ilimitada gama de insatisfações que tiraram a “paz” do final do primeiro mandato da presidenta.

Em 2015, ano que se inicia o segundo mandato da presidenta Dilma e aprofunda-se a crise econômica conforme elencado anteriormente, a base política da presidenta no Congresso desintegra-se depois de uma disputa pela Presidência da Câmara. No evento, o Partido dos Trabalhadores lança candidato próprio e decide não apoiar o candidato do PMDB, Eduardo Cunha. Essa fissura com o novo presidente da Câmara é seguida de embates e chantagens públicas em votações importantes e culmina com a aceitação do pedido de *impeachment* no dia 2 de dezembro daquele ano de 2015. A partir daquele momento, com crise política e econômica, Dilma foi afastada em 12 de maio de 2016, e o processo de *impeachment* concluído em 16 de agosto de 2016. É neste contexto de crise política e econômica que fatalmente a educação, em especial o ensino superior, seria frontalmente atingido.

2.5 Conjuntura neoliberal e neofascista (2016-2021): do golpe político de 2016 aos cortes das políticas educacionais do governos Temer e Bolsonaro

Com a chegada ao poder por golpe institucional, em 2016, o vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, coloca em prática um novo plano de governo, intitulado como “Ponte para o Futuro”, plano que fora apresentado em outubro de 2015, como um aceno do vice-presidente para o mercado econômico. O programa apresentava-se como um contraponto ao programa “Mais Mudanças, Mais Futuros”, apresentado pela coligação da presidenta Dilma para a eleição de 2014, que previa o fortalecimento e a continuação dos projetos de transferência de renda, ampliação de crédito e o aquecimento econômico por meio do consumo de massa, bem como também indicava um avanço na democratização do acesso ao ensino e uma nova etapa de primar pela qualidade no setor educacional.

O “Ponte para o Futuro” trazia um novo modelo econômico e social diverso daquele que o povo havia escolhido na eleição de 2014. Elencou em seu plano a necessidade urgente do Estado em priorizar uma política de desenvolvimento e investimentos diretos na iniciativa privada, previa a privatização e concessão das mais diversas áreas e empresas estatais, reforma da previdência, reforma trabalhista para garantir que acordos coletivos pudessem se sobrepor aos direitos previstos em lei, estabelecia limite de gastos de custeios e uma alteração constitucional para desvincular o orçamento dos “gastos” em saúde e educação. É exatamente com esse viés que, ao assumir o governo, Michel Temer apresenta o Projeto de Emenda Constitucional nº 241/2016 na Câmara dos Deputados e que tramitou no Senado com o nº 55/2016.

A chamada PEC do Teto dos Gastos Públicos instituiu na prática um novo regime fiscal, pois estabelecia um bloqueio durante 20 anos de investimentos em novos gastos públicos. O projeto aprovado em dezembro de 2016 trouxe um limite de gastos públicos por 20 anos, sempre vinculando o orçamento do anterior, referida alteração na prática impossibilita investimentos estatais em áreas que necessitam amplamente de recursos públicos, como saúde e educação.

O ano de 2015 é marcado por grave crise econômica e política, a presidente inicia o ciclo conforme já citado, com aprofundamento no modelo de contenção de gastos sociais capitaneada pelo ministro Joaquim Levy e politicamente enfrenta o esfacelamento de sua base de apoio política no Congresso, o que levou à abertura de processo de *impeachment* por supostas “pedaladas fiscais” no fechamento das contas anuais de seu governo. O ciclo político e econômico do governo Dilma é encerrado em maio de 2016 com seu afastamento e o início do novo ciclo neoliberal no Brasil sob o comando de Michel Temer e, posteriormente, aprofundado no governo de Jair Bolsonaro.

Em 12 de maio de 2016, após a votação que deliberou o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, inicia-se o governo interino do novo presidente Michel Temer, é ali o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil. A interinidade do presidente Michel Temer torna-se efetiva após a procedência do processo de *impeachment* e a confirmação do afastamento da presidenta Dilma, que ocorreu em 31 de agosto de 2016. Nesses cem dias de interinidade, Temer efetuou medidas que consolidaram o novo modelo econômico no Brasil em consonância com o plano apresentado durante o ano de 2015, intitulado “Ponte para o Futuro”. Nesse documento, apresenta o receituário neoliberal de corte de investimentos públicos e priorização das demandas do mercado, na educação, isso resta evidente:

QUADRO 5 – Plano de governo interino “Ponte para o Futuro” – política neoliberal – Política Neoliberal

Trecho do documento Ponte para o Futuro	Análise do documento com conjuntura
<p>É necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada</p>	<p>O documento traz o retorno do receituário neoliberal com seu aprofundamento, nas poucas vezes que cita o tema “educação” é no sentido do corte e da desvinculação de receitas.</p>

FONTE: Fundação Ulysses Guimarães; PMDB (2015)

Os primeiros atos do novo modelo econômico já deixavam claro que não seria mais um governo de inclusão social, o Ministério formado apenas por homens brancos, a exclusão de Ministérios de Direitos Humanos, da Igualdade Racial e das Mulheres já indicava que a prioridade seria diversa dos governos anteriores. Na seara econômica, o corte de investimentos mediante o BNDES, que foi obrigado a devolver 100 bilhões ao Tesouro Nacional sob a justificativa de que os investimentos públicos seriam cortados, e a promessa de projeto de lei que limitasse os gastos públicos foram os primeiros atos da retomada do projeto neoliberal no Brasil.

Já na titularidade do mandato tampão, o governo de Michel Temer aprofunda as mudanças econômicas e efetua o principal ato no tocante a consolidação do estado mínimo e a redução dos investimentos nos setores públicos essenciais como a educação, saúde entre outros. A proposta da PEC do Teto nº 55/2016, no Senado, e nº 241/2015, na Câmara, que foram aprovadas e proibiram o Estado de aumentar os investimentos públicos por 20 anos, consolidam o golpe nos projetos sociais e fere de morte os principais programas de transferência de renda, participação e inclusão social na educação, saúde e assistência social.

Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, aprofunda-se o projeto neoliberal, mas com uma conjuntura política de extrema direita, que historicamente prima pela mínima intervenção do Estado na economia e aprofunda valores morais em torno dos fatos cotidianos. O programa de governo apresentado pelo candidato em 2018, sob título “O Caminho da Prosperidade” na economia já trazia de antemão que seguiria os pilares do liberalismo e que somente isso poderia trazer ao Brasil o emprego, o desenvolvimento, a inflação controlada e o combate a corrupção. No item específico da política econômica, o plano previa a manutenção do chamado tripé econômico (câmbio flexível, meta de inflação e meta fiscal) e trazia

aprofundamentos, como a independência do Banco Central, privatizações em todos os setores e nova reforma da previdência, permitindo a implementação da iniciativa privada em todos esses setores sociais da vida brasileira.

No que se refere à educação, o plano já deixava claro o combate a uma suposta luta ideológica e doutrinação, o foco seria⁴ “mais matemática, ciência e português” e prioridade para educação básica e o ensino médio e ensino técnico. No ensino superior, o plano indicava que as universidades precisavam deixar de ser um local para doutrinação política e seria agora uma formação muito mais técnica e científica com parcerias com as empresas privadas e deveriam fomentar o empreendedorismo, para que os jovens, ao sair do ensino superior, sejam capazes em abrir sua própria empresa e conforme modelos vistos pelo candidato no Japão e na Coreia do Sul.

QUADRO 6 – Plano de governo de Jair Bolsonaro – política neoliberal/neofacista

Trechos do plano de governo	Análise dos programas neoliberais
SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.	Neste item o programa de governo alia o neoliberalismo, ou ultraliberalismo com às questões do neofascismo e o impedimento ao debate. Alia o discurso da eficiência e gestão com a questão ideológica religiosa.
O método de ensino precisa ser mudado. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE. Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.	O plano de governo já deixa claro a prioridade ao ensino básico e técnico voltado a formação de mão obra ao mercado e o foco na ideologia religiosa e a perseguição ao debate. Já era claro a “criminalização” da ciência e a abertura ao mercado.
As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa.	No único ponto que trata do ensino superior e das universidades o projeto do governo elenca a produtividade, avanços técnicos e o empreendedorismo. É o uso da “faculdade” não para a pesquisa, mas com foco total no ideário neoliberal da economia e da produtividade.

FONTE: Brasil (2018)

⁴Bolsonaro em pronunciamento em abril de 2019, indicava que iria propor uma descentralização no investimento dos cursos de Sociologia e Filosofia, pois essas formações, não tinham caráter de devolução econômica, bem como ajudava apenas a formação de militantes de esquerda. (<https://g1.globo.com/educacao/noticia/BOLSONARO...>, 2019).

O caminho percorrido até 2021 do governo Bolsonaro no setor educacional, em especial no ensino superior, segue exatamente o programa de seu governo, é o conjunto do movimento neofascista de perseguição à ciência, desvalorização do ensino e da pesquisa, além do foco total na criminalização do debate. O corte de recursos na educação, a falta de investimentos no ensino superior público e a troca de ministros são o projeto implementado do que trazia o programa. O foco na economia com total alinhamento ao neoliberalismo é também presente no corte educacional e na manutenção parcial de programas que priorizam as instituições privadas, como Prouni, fato esse que evidencia o caráter liberal do programa, mesmo que com seu aspecto social de possibilitar o acesso dos jovens no ensino superior.

Sob o comando do Ministro da Economia Paulo Guedes, um admirador da política econômica da chamada Escola de Chicago, berço de ideias liberais, de diminuição do Estado e fortalecimento da iniciativa privada.

A doutrina liberal dos chamados “meninos de Chicago” foi aplicada no Chile, durante a ditadura comandada por Augusto Pinochet no período de 1973 até 1990. Ações como forte austeridade fiscal; abertura comercial; priorização de acordo bilaterais; reforma da Previdência com adoção do sistema de capitalização; reforma trabalhista; adoção de câmbio flexível; independência formal do Banco Central; concentração de gastos públicos em apenas atividades críticas ao estado; implementação de vouchers para educação; modernização da agricultura; estímulo ao mercado de capitais; privatização da grande maioria de empresas estatais; foram concretizadas lá, e algumas já efetivadas no Brasil, como a reforma trabalhista e a autonomia do Banco Central, aprovada em fevereiro de 2021.

Sendo assim, nota-se nos projetos de governo que, após a ruptura política e econômica com o golpe institucional de 2016, há uma retomada da agenda ultraliberal no Brasil, retomando objetos trazidos no programa de governo apresentado por Fernando Henrique Cardoso em 1994, intitulado “Mãos à obra, Brasil”. Esse programa previa uma abertura econômica para a competitividade internacional, privatização de estatais, desenvolvimento centrado no investimento da iniciativa privada e, na educação, estabelecia prioridade no ensino básico e acenava para uma reforma no ensino superior público, que trazia objetivamente uma nova política de fortalecimento do ensino superior privado.

Desde o projeto de governo de FHC, já se previa uma Reforma de Estado Brasileiro, ou seja, alterar o papel constitucional do Estado em face da sociedade, utilizando-se, assim, de projetos legislativos para alterar as funções fiscais, administrativas e sociais. Pauta essa que foi efetivada com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), do ministro Bresser Pereira em 1995 e destaca que o neoliberalismo se apropriou desta reforma, juntamente

ao movimento de globalização do Estado. Neste contexto, se a CF/88 trazia uma série de deveres e responsabilidades ao Estado, a reforma do Estado prevista pelo governo de FHC era um contraponto, diminuindo a capacidade de intervenção do Estado. Bresser Pereira (1997), Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995–1998), indicava quatro itens necessários da reforma: 1º) o tamanho do Estado, visava à sua diminuição; 2º) a redefinição do papel regulador do Estado; 3º) a capacidade de intervenção política administrativa do Estado e 4º) a capacidade política de governabilidade.

Tais itens e a consequente reforma tiveram como base a implementação do neoliberalismo e do estado mínimo no Brasil, com suas privatizações e adaptações ao mercado, o que reverbera na educação.

3 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO

Com o término do período da Ditadura Civil-Militar, é promulgada a Constituição Federal de 1988, que elenca os direitos sociais e avança em alguns aspectos educacionais, porém ainda muito pequena no que tange ao ensino superior, garante no seu Art. 6º a educação como um direito social básico. Sem dúvidas, é um marco histórico fruto das demandas sociais da época, havia um forte movimento social de base, alinhado aos recém-criados e retomados partidos políticos, organizações sindicais, de saúde, educacional, entre outras, que na base das pressões e de luta naquele período, conseguiram, por meio da Assembleia Constituinte, a garantia de alguns direitos.

A CF/1988 possui um conjunto de direitos dos cidadãos e deveres do Estado e das instituições sociais, destaca a educação como o primeiro direito social elencado no artigo 6º. Segundo Lenza (2012), os direitos sociais são os chamados direitos da segunda geração, são apresentados como prestações que devem obrigatoriamente ser implementadas pelo Estado, visando a uma isonomia substancial e social e buscando uma melhoria na qualidade de vida de todos os cidadãos. Essa afirmação e esse reconhecimento do Estado brasileiro na sua carta maior da efetividade e consolidação da educação como obrigação do Estado são referendados também no Artigo 205.

Para Araújo, Brito e Santos Segundo (2016), a educação é tanto um direito social como individual e político. Se, para Lenza (2012), a concepção de direito social no viés jurídico, como tendência de melhora na busca de cidadãos, visando a uma isonomia social, para Araújo, Brito e Santos Segundo (2016), a educação é um direito social por conquista histórica das sociedades democráticas, como direito universal para o desenvolvimento da pessoa humana, fato esse observado, o que coaduna com a CF/88. Afirma também a educação como direito individual, pois cada cidadão individualmente é detentor desse direito, devendo usufruir desse direito social, bem como é digno de cobrá-lo do Estado que assim seja efetivado, tendo em vista que juridicamente os direitos sociais têm, ou deveriam ter, aplicação imediata.

O autor complementa a educação como direito político, pois faz parte de um conjunto de direitos que efetivados levam o cidadão para participação ativa na sociedade, exercendo de fato seus direitos como cidadãos ativos e autônomos. Nota-se claramente ainda a educação como um dever de Estado, tendo por consequência o poder público a obrigação de garantir a efetivação e a implementação imediata desse direito, tendo o Estado a necessidade e obrigatoriedade de criar condições legais e de financiamentos para que os governos vigentes

criem as políticas públicas educacionais. Todavia, no Brasil, as políticas públicas educacionais sempre foram direcionadas ao chamado ensino básico, ao amplo acesso da educação básica para todos, omitindo-se por consequência em aplicação e formulações de políticas públicas direcionadas ao ensino superior que ampliasse e permitisse que todos os jovens pudessem ter acesso ou sonhar com o ensino superior.

Identifica-se que, em especial no período pós-Ditadura Civil-Militar, com o início da vigência da Constituição de 1988 até o ano de 2021, as principais políticas públicas com viés de ampliação e incentivo aos jovens ingressarem no ensino superior iniciaram sob a gestão do presidente Lula em 2003, mesmo que com o viés de parceria público-privado e com muita interferência das entidades privadas, é ali que encontramos as políticas públicas efetivadas em forma dos programas como Prouni, Reuni e Fies.

2.6 Fies: contexto histórico e político da implementação

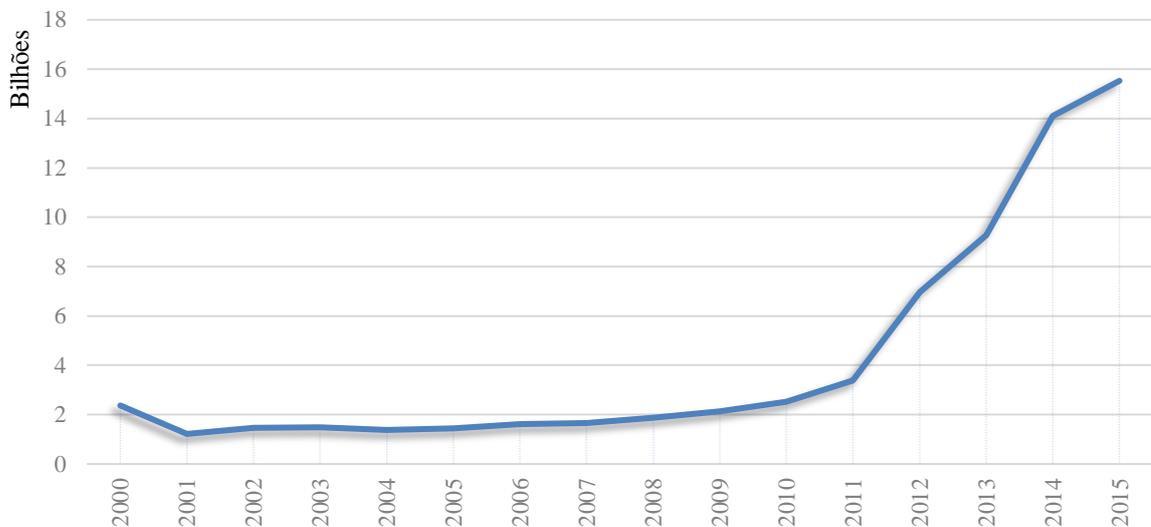
Das várias alterações legislativas no campo da educação efetuadas pelo governo FHC, notadamente a LDB/1996 é a legislação mais impactante, todavia no aspecto de políticas públicas no ensino superior a implementação do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) mediante a Lei nº 10.260/2001 em substituição ao Creduc (Programa de Crédito Educativo,) criado pelo governo ditatorial em 1975. O Fies tinha como objetivo o financiamento de até 70% dos encargos educacionais cobrados dos estudantes, conforme elencava o art. 4º da lei citada. Dessa forma, o estudante deveria apresentar garantias para a execução do contrato, ou seja, era necessária a apresentação de fiadores do crédito estudantil e, após o término do curso de graduação, o estudante beneficiado pelo financiamento estudantil tinha até 180 dias para iniciar os pagamentos dos valores financiados durante o curso, no prazo de uma vez e meia a duração do curso.

Notadamente à época de sua criação em 2001, a presente lei já visava diminuir e combater os índices de abandono e de vagas ociosas nas IES privadas, permitindo o acesso dos jovens mais necessitados em um novo ciclo de ensino, nos moldes do apoio as instituições privadas. Esse modelo de política de participação social via capital público direcionado ao privado permanece e é ampliado no governo Lula. O Fies passa a integrar um ciclo de programas voltados à redistribuição de renda e inclusão social, sendo assim, amplia-se a possibilidade de financiamento de até 100% dos valores cobrados pelas IES e retira-se a necessidade de apresentação de fiador nos moldes do projeto de 2001; bem como se utiliza do

Fies para fomentar o acesso dos jovens no ensino superior com foco em atingir a meta de 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior.

A ampliação e o aumento do crédito estudantil nos governos petistas indicam a dualidade daquele período que combinava a ampliação ao acesso ao ensino superior de jovens de baixa renda, por meio do Fies e Prouni e a aliança de financiamento com o ensino privado e o empresariado educacional. Segundo Chaves e Amaral (2016), essa é uma resposta a pressão da sociedade por inclusão social e de milhões de famílias que não conseguiriam pagar o ensino superior privado e a pressão econômica dos empresários da educação com suas vagas ociosas e com demanda de mercado. Para exemplificar o aumento exponencial dos recursos do Fies, os autores trouxeram o gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 – Recursos Financeiros Totais – Fies



FONTE: Chaves e Amaral (2016 p. 62).

O gráfico indica o montante de recursos alocados no Fies de 2000 até 2015, trazendo claramente o aumento de recursos destinados ao acesso do estudante via crédito estudantil, com aumento substancial a partir de 2010, com a mudança na legislação e a facilitação ao crédito, com a ausência de fiador, aumento de 100% do valor financiado, aumento da carência para o início do pagamento dos valores e a taxa de juros fixa em 3,4% à época.

O ano de 2015 inicia-se com uma nova alteração no Fies. Com o advento da crise econômica e política no Brasil, o governo da presidenta Dilma, pressionada pelo mercado financeiro, inicia com corte de investimentos e forte ajuste fiscal, o Fies é duramente atingido, inicia-se com a exigência da nota mínima de 450 pontos no Enem e que a faculdade não reajuste na sua mensalidade superior aos 6,4%. Essas alterações levam ao corte de ingressantes no

ensino superior, segundo o Censo do Ensino Superior de 2015, foram oferecidas 284 mil vagas de contrato; já em 2014, haviam sido firmados 713 mil vagas de contrato.

No governo de Michel Temer, o Fies sofreu novo corte. Estabeleceu-se o teto de 300 mil contratos por ano e o fim da carência para pagamento, o estudante, ao término do ensino superior, inicia o pagamento dos valores emprestados. Já no governo de Jair Bolsonaro, o Fies sofreu novo ajuste, com a exigência de nota mínima de 450 no Enem, alia-se o mínimo de nota de 400 na redação e, para 2021, foi ofertado apenas 54 mil bolsas de contrato.

Nota-se na prática o sufocamento dessa política pública, que era também uma porta de acesso a muitos jovens pobres ao ensino superior.

2.7 Do Prouni — contexto histórico e político da sua implementação

A criação do Prouni significa um marco histórico nos programas e nas medidas do ensino superior no país, com a finalidade de ampliar o acesso de pessoas que nunca tiveram essa oportunidade. Ademais, no contexto histórico recente, o Brasil não havia em nenhum momento observado o acesso ao ensino superior como um direito.

Em sua história recente, o Brasil havia passado por pequenas modificações na questão do acesso ao ensino superior. Após o Golpe de 64, com o início da Ditadura Militar, o Brasil modifica o rumo das reformas e o modo de gestão econômico e político iniciado durante o governo do presidente João Goulart.

A ditadura observa na educação pública, principalmente no setor universitário, um fator de resistência ao regime. Com isso, inicia o fechamento de cursos, cassação da União dos Estudantes do Brasil, e diversos professores são exonerados de seus cargos e suas funções, assim sendo, o ensino superior começava a ganhar novos contornos de liberdade, bem como de política pública. Em 1968, o governo militar promove a chamada “Reforma Universitária”, fruto do aumento da demanda de vagas nas universidades públicas que não eram atendidas, dado o sufocamento de vagas e de recursos ao ensino superior público.

Sendo assim, a reforma é oportuna para o regime militar, pois coaduna o aumento da demanda, com a justificativa de otimização de recursos e permite a entrada do ensino superior privado como forma de auxílio à rede pública. A comprovação disso está na própria Constituição Federal de 1967, que previa para as instituições de iniciativa particular o amparo técnico e financeiro:

Art. 168 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

§ 1º - O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos.

§ 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo. (BRASIL, 1967).

Aliado ao consenso de um modelo econômico que previa que as universidades teriam a finalidade de serem práticas, ligadas ao momento estatal e às demandas de mercado, as instituições privadas ganham relevante predominância na Região Sudeste, com criação de várias universidades, para dar conta da demanda e da urbanização naquela localização. Esse crescimento das instituições privadas é baseado nas isenções e subsídios estatais.

Com o término do período da Ditadura Civil-Militar, é promulgada a Constituição Federal de 1988, que elenca os direitos sociais e avança em alguns aspectos educacionais, porém ainda muito pequena no que tange ao ensino superior, garante no seu art. 6º a educação como um direito social básico. Sem dúvidas é um marco histórico fruto das demandas sociais da época, havia forte um movimento social de base, alinhado aos recém-criados e retomados partidos políticos, organizações sindicais, de saúde, educacional entre outras, que, na base das pressões e de luta naquele período, conseguiram a garantia de alguns direitos mediante a Assembleia Constituinte.

Todavia, não consta na CF/88 a obrigatoriedade de o ensino superior ser provido pelos entes públicos, garante no Art. 208 a educação básica como obrigatória e gratuita por todos os entes, ficando em segundo plano a questão do ensino superior, que teria nova legislação e inclusão na LDB nº 9.394/96.

O primeiro governo eleito sob a égide da nova Constituição federal inicia com um viés do liberalismo econômico e abertura total da economia, fruto dos acordos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que durante a década de 1990 é a grande fiadora e proponente das políticas econômicas em toda América Latina.

Entretanto, o governo eleito em 1989, sob a liderança de Fernando Collor de Melo, é marcado pelo *impeachment* do mandatário, após uma série de escândalos de corrupção e falta do apoio popular e político. Assume o vice-presidente Itamar Franco, que marca o restante do período pela criação do Plano Real por meio de seu ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso.

No campo educacional, pouco foi efetivamente feito, não há reformas, os investimentos são escassos e mesmo na rede privada de ensino superior, este enfrenta também crise

econômica, devido ao impacto econômico que as inflações e a corrosão econômica que o país sofreu naquele momento histórico.

Em 1994, com o sucesso econômico do governo Itamar Franco por meio da implantação do Plano Real e o freio na inflação, foi eleito presidente Fernando Henrique Cardoso, ministro da Economia e criador naquele governo do Plano Real. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito em uma coalização de partidos de centro-direita, assim como a maioria dos países latino-americanos que, no início da década de 1990, elegeu mandatários de coalizões de centro direita, com o discurso de um modelo econômico vinculado com a agenda norte-americana, centrada no chamado neoliberalismo, em que todas as ações de governo e de Estado deveriam ter o foco a economia e notadamente a economia de mercado. Em resumo, o menor tamanho do Estado significava sucesso para esse modelo econômico.

Na educação, podemos verificar que o centro econômico também se alastra, isso fica evidente durante os oito anos do governo FHC e do seu ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Foi marcado na educação pela implantação da LDB 1996, que trouxe significativas mudanças e também significativas omissões no que tange ao ensino superior. A lei permitiu a autonomia universitária, retirou o concurso de seleção para os ingressantes, introduzindo a figura do “processo seletivo” para o ingresso ao ensino superior, atendendo uma demanda da rede privada de ensino no tocante ao aumento de vagas e seu preenchimento por meio de métodos mais simplistas.

Uma criação também do período do governo de FHC foi o Enem, que serviria para avaliação do estudante e que, posteriormente, serviria de ingresso para os alunos utilizarem o Prouni criado no governo do presidente Lula. Nesse período de liberalismo econômico e com o viés governamental de cortes de verbas públicas e autonomia de mercado, o ensino superior da rede privada foi crescendo exponencialmente durante o governo de FHC, em que o número de universidades privadas saltou de 684 para 1442 universidades privadas (SADER, 2013).

Após a década de 1990, marcada pelo neoliberalismo e, por consequência, aumento das desigualdades sociais, aumento do desemprego, as pressões sociais aumentam, e os anos 2000 iniciam-se politicamente e economicamente com grandes mudanças na América Latina e também no Brasil.

As mudanças na geopolítica latino-americana iniciam-se com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, nos anos 2000, temos a chegada ao poder de Lula no Brasil, Nestor Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Michele Bachelet no Chile.

Essas mudanças oriundas basicamente pelo fracasso do modelo neoliberal na América Latina são o combustível que historicamente ocasionou uma pequena mudança de rumo nas políticas públicas e no viés do Estado no Brasil. Assim sendo, quando o presidente Lula é eleito, é justamente um viés mais social que forma a base do governo, em que pese sem grandes mudanças na política macroeconômica, mas que trouxessem programas que tivessem a maior distribuição de renda como o Bolsa Família, o combate à fome, por meio do Fome Zero e uma política econômica, visando ao consumo interno e à monetização e ao consumo de uma chamada “nova classe média”, também teve seu efeito junto à educação.

O Prouni surge na mesma esteira política de inclusão social via aliança com capital privado, modelo esse já citado no que tange à utilização das vagas ociosas das instituições privadas e a pressão da sociedade pelo acesso dos jovens no ensino superior. Politicamente, o contexto é permeado pela pressão da bancada econômica e os ideais de uma sociedade mais justa dos setores progressistas da aliança política que elegeu o então presidente Lula.

Importante trazer à tona o jogo político daquele momento histórico e a correlação de forças econômicas e políticas na criação do Prouni. O *lobby* das IES privadas ganhou força no campo político — dos deputados que compunham as bancadas mais alinhadas ao mercado.

No ano de 2002, a coligação de partidos que fizeram parte do primeiro turno com o Partido dos Trabalhadores (PT) foi: Partido Liberal (PL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com a eleição do presidente Lula, em que pese seu governo fosse de uma matriz de centro esquerda, a coalizão presidencial em seu entorno possuía ministérios sob o comando do PCdoB e também do Partido Progressista, ou seja, dentro do mesmo bloco, esquerda e partidos originários da direita compunham aquela coalizão.

Fruto disso podemos observar que os chamados partidos de esquerda e centro esquerda que compunham a coligação do primeiro turno ou se aliaram ao PT no segundo turno eleitoral, como PSB, PDT e o PPS elegeram em 2002 apenas 146 deputados federais do total de 513. Ou seja, o campo que em tese daria sustentação ideológica ao governo somava apenas 28,46% dos deputados na Câmara de 2002 até 2006.

Logo, por esse aspecto, já se nota que o jogo para a implementação de qualquer programa de cunho social, seria jogado com muita negociação e com a possibilidade de ceder a interesses de outras siglas e outros setores sociais. Com a educação e com o Prouni, não foi diferente.

Do momento de sua tramitação como Medida Provisória até o momento de sua efetivação como texto de lei, o Prouni sofreu diversas alterações, fruto dessa conjuntura política

e da correlação de forças no Congresso e na sociedade. Para compreender a lógica presente no contexto da criação do Prouni, temos também que compreender aquele momento econômico vivido no país, após o impacto da década neoliberal dos anos 90.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o modelo do FMI para as Américas, como já dito anteriormente, foi um fracasso social, principalmente no aspecto econômico, ampliou-se as desigualdades, houve aumento da taxa de desemprego e, por consequências, as eleições trouxeram eleitos que ofereciam um novo viés político econômico social. Todavia, não podemos afirmar que com isso o “mercado” e o capital não deixaram de influenciar a política econômica. O governo de Fernando Henrique suprimiu os gastos estatais com a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os investimentos públicos.

Com isso, cada vez mais a iniciativa privada foi alçada como “parceira” dos entes públicos em várias searas do Estado, seja na saúde, no esporte, ou na cultura por meio das ONGs. Posteriormente, as organizações sociais e a educação também não ficaram fora dessa realidade econômica.

A criação do Prouni deveria ter o equilíbrio de oferecer a oportunidade de acesso aos jovens de baixa renda ao ensino superior, todavia sem que isso fosse ocasionar um rombo nos gastos públicos, a lógica veio por meio da ocupação das vagas ociosas no ensino superior privado. Em que pese, faça-se justiça o governo daquele período tenha intensificado os recursos nas IES públicas, com ampliação de campus, abertura de novas universidades e ampliação de vagas, mesmo esse aporte não daria conta de atender o público e a totalidade de jovens que o governo pretendia e conseguiu atender.

A criação do Prouni, então, inicia-se mediante o Projeto de Lei nº 3582/2004, protocolada em janeiro de 2004, depois, torna-se Medida Provisória 263 de setembro de 2004 e por fim se transforma em lei sancionada pelo Congresso em janeiro de 2005. Evidente que durante esse ano, o projeto inicial, previsto em janeiro de 2004, fora muito alterado, fruto do intenso debate no Congresso Nacional, das pressões dos representantes dos movimentos sociais ligados à educação, defensores das universidades públicas e o forte *lobby* dos representantes das instituições privadas, conforme já mencionado.

Várias ideias originais de controle das IES, tipo e concessão de bolsas foram modificadas para a contemplação das IES privadas e tiveram que ser aceitas pelo governo com a finalidade de aplicação e início do Prouni. Uma das principais alterações, foi a possibilidade de emissão de bolsas parciais de 50%, bem como o aumento da faixa de renda dos possíveis bolsistas, mudanças essas propostas e com benefícios para as IES, bem como a flexibilização das normas de fiscalização das IES.

Apenas para exemplificar algumas alterações substanciais no que tange ao projeto de lei de 2004 e a lei sancionada em 2005, a seguir vemos um quadro que elenca algumas mudanças no projeto, após a pressão das instituições de ensino superior privadas. A identificar a intenção inicial do programa e o que fora efetivamente posto em prática por meio da Lei nº 11.096/2005, retratando uma verdadeira batalha entre a correlação de forças políticas no país e a pressão econômica dos grandes grupos educacionais naquele período, que resultou no programa como é estruturado atualmente.

Em síntese, foi aprovado que o programa iria destinar bolsas de estudos para pessoas não portadoras de diplomas de ensino superior, que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas ou em escola particular por meio de concessão de bolsa de estudo. As bolsas seriam parciais 25% e 50% e integrais. A seleção dos alunos seria mediante o Enem, o aluno deveria ter média superior a 450 pontos no computo geral e obter nota maior que zero na redação.

As bolsas parciais são de 50% (cinquenta por cento), nos casos em que o aluno comprove renda familiar não superior a três salários-mínimos e integral nos casos em que o aluno comprove renda familiar não superior a 1,5 salário-mínimo vigente.

Com isso, o presente programa possuía e possui como meta atingir aqueles jovens que, em situação normal, não teria condições alguma de cursar o ensino superior, que seriam os jovens em condição de pobreza.

A lei foi sancionada em 2005 e, no mesmo ano, já foram concedidas 112.275 mil bolsas de estudo, sendo 71.905 integrais e 40.370 parciais (LORENZONI, 2005).

Importante ressaltar que conseguir de forma imediata garantir o acesso de mais de cem mil novos alunos no ensino superior só foi possível com o aproveitamento das vagas ociosas no ensino superior privado. As instituições de ensino superior privado, logo de início, foram as principais beneficiadas pelo Prouni em conjunto de milhares de alunos de baixa renda que não conseguiriam adentrar nas universidades de ensino superior. Esse, sem dúvida, é um dos pontos contraditórios e sobre o qual avançaremos em breve.

Para aceitarem os alunos de baixa renda, as universidades privadas receberam alguns benefícios e concessões para ingressarem e aderirem ao Prouni. Conforme a lei sancionada em 2005, as universidades que aderissem ao programa ficariam isentas, durante o período de adesão ao programa, de efetuarem o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento de Seguridade Social e a Contribuição para Programa de Integração Social.

Essas isenções seriam conforme o lucro líquido das referidas universidades de ensino superior, proporcionalmente ao número de bolsas concedidas e efetivamente ocupadas. Sendo

assim, tornou-se um negócio de certo modo também lucrativo para as várias entidades de ensino superior que foram criadas no período do governo Fernando Henrique Cardoso, em que o número de universidades privadas saltou de 684 para 1442 universidades privadas (SADER, 2013).

As universidades privadas, porém, teriam que seguir alguns critérios para não serem retiradas do programa. Essas podem ser excluídas do programa caso seus cursos sejam considerados insuficientes, após as avaliações por meio do Enade e de avaliações institucionais dos cursos.

Essa forma de avaliação acabou por valorizar demasiadamente o Enade e é uma forma muito criticada por educadores. O Diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Sólton Caldas, é um dos críticos do uso do Enade, pois cita que o exame é feito para o aluno e utilizado para avaliar a qualidade da totalidade do curso.

A meta do governo federal ao lançar o Prouni em conjunto com o Fies era aumentar para 30% o número de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, tendo em vista que, até 2003, essa parcela era de apenas 7,7%. Ademais, o ministro da Educação na época, Fernando Haddad, elencava que a meta do Prouni era, em 2010, atingir o total de 720 mil bolsas concedidas (GLOBO, 2010, MEC, 2010).

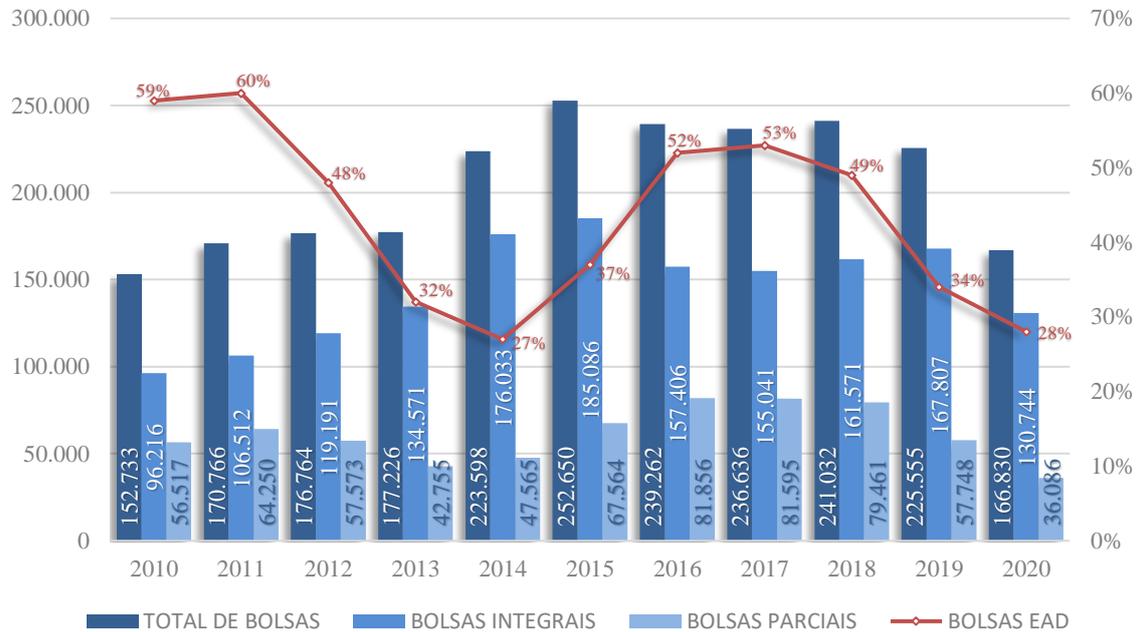
Os avanços, os retrocessos e as percepções dos alunos que foram/são beneficiados pelo programa, que pese as já citadas mudanças econômicas e políticas, que refletiram no campo educacional principalmente após 2016, os dados obtidos mostram pouca influência na relação do número de bolsas ofertadas pelo Prouni, sejam elas integrais ou parciais.

O ano em que mais houve concessão de bolsas foi em 2015 o total de 252.650 e o menor ocorreu em 2010, quando foram ofertadas 152.733, no ano de 2019 já com o governo de Jair Bolsonaro eleito e após as mudanças na economia já consolidadas e ampliadas. Inclusive, com cortes em setores da educação, o número de bolsas ofertadas foi de 225.555, sendo 74% de ofertas em bolsas integrais.

Os números indicam que mesmo com o corte educacional o Prouni não foi atingido de modo duro em comparação com a diminuição brutal do Fies, todavia é notável que mesmo com o viés neoliberal do programa, a diminuição na oferta de bolsas e a diminuição no número de contratos efetivamente firmados e de vagas ocupadas é alto. Tendo em vista que o setor do ramo empresarial na educação depende e muito do programa para sobrevivência econômica. Em análise apenas dos dados trazidos pelo Inep, indicam que o Prouni é uma política pública que serve aos interesses de setores privatistas da educação, segurando o investimento e ampliando o número de bolsas ofertadas no setor privado.

Dados como esse reforçam o que diz Sanfelice (2006) no que tange aos programas e projetos de uma educação inclusiva dentro dos limites do sistema capitalista de produção, onde as políticas sociais são submetidas à lógica do mercado, tornando uma utopia irrealizável programas de inclusão social efetivos, especialmente na educação.

GRÁFICO 2 – Número de bolsas concedidas pelo Prouni



FONTE: elaborado com base em Brasil (2016).

Nos dados referentes ao detalhamento quantitativo das bolsas concedidas por ano, cuja fonte é o próprio Ministério da Educação, nota-se claramente uma queda efetiva de 2018 até 2020, a projeção de 2020 para 2021, ainda não finalizada e com dados liberados, projeta-se uma diminuição de 30%, logo se reitera o fato do Prouni ainda existir, pois ocorre a efetiva necessidade das IES privadas pela continuidade do programa como meio de sobrevivência, todavia o caráter democrático de participação e acesso de jovens no ensino superior é diminuída com a chegada do novo ciclo neoliberal no Brasil.

2.8 Reuni e institutos federais: a expansão do ensino superior na rede pública

Na seara dos programas e das políticas públicas para o ensino superior, as IES privadas foram contempladas por meio dos programas de crédito, como Fies e Prouni. O ensino superior público no período posterior ao início da vigência da CF/88 passou por momentos de baixo investimento e até mesmo de sucateamento, com baixa oferta de vagas e tornando-as cada vez

mais distante daqueles jovens que mais precisariam ter acesso ao ensino ao ensino superior público.

A principal política pública para a rede pública no ensino superior foi o Reuni, programa do governo federal de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras, fez parte do Plano de Desenvolvimento de Educação do Ministério da Educação e foi implantado pelo Decreto Presidencial nº 6096/2007. Esse programa visava ao aumento de número de vagas no ensino superior público, a diminuição da evasão, com planos elaborados por cada instituição de ensino na rede pública.

O Reuni partia da concepção de otimização dos recursos já existentes, ou seja, ampliar as estruturas físicas das universidades, permitindo, assim, a ampliação e criação de cursos noturnos, a melhor utilização das vagas ociosas e a criação de novos *campi*. O programa possuía como metas elevar a taxa de conclusão de graduação para 90%, elevar o número de relação professor/aluno para 18 e suas diretrizes básicas eram centradas na redução da taxa de evasão, ocupação das vagas ociosas e aumento de número de vagas ofertadas, baseadas principalmente na criação de cursos noturno.

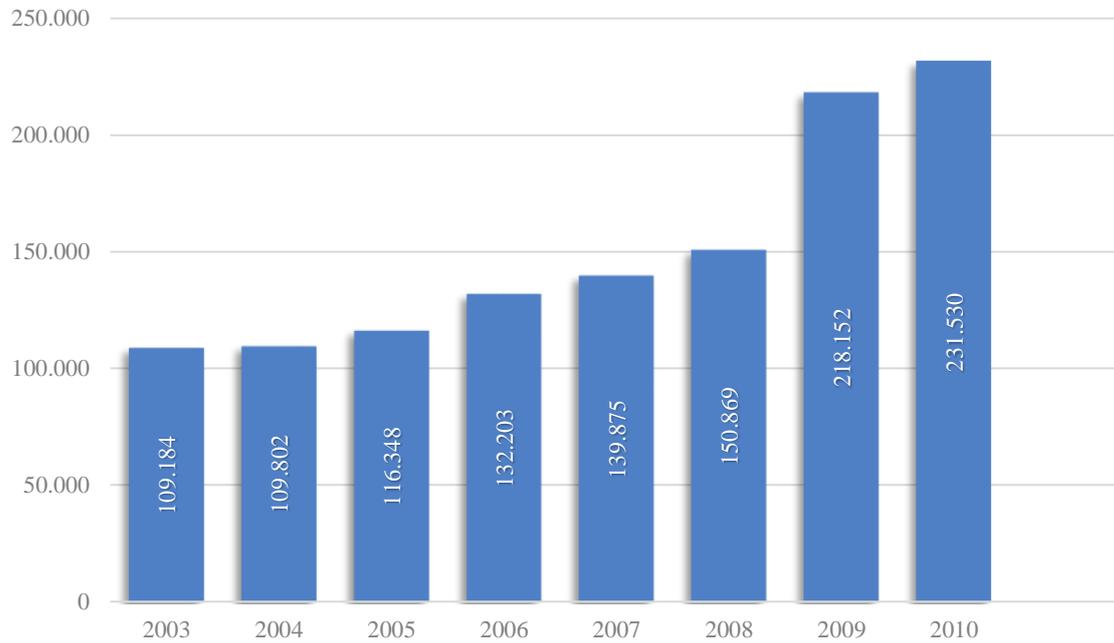
Assim como o Prouni, o Reuni fez parte do bojo de ações e políticas públicas voltadas ao ensino superior, com foco na democratização do acesso e da mesma forma do Prouni. O Reuni também foi alvo de muitas críticas da comunidade universitária que, em resumo, criticava o aumento dos cursos noturnos, pois diminuiriam a qualidade do ensino, bem como o aumento do número de alunos por professor ocasionaria uma sobrecarga de trabalho e diminuição da qualidade de ensino e pesquisa.

Para a adesão ao Reuni, as instituições federais apresentaram seu plano de ação e, a partir desse plano, receberia os investimentos, sejam para contratação de docentes, reformas e ampliação dos *campi*, o prazo para atingir as metas era de cinco anos.

Há de se destacar que, mesmo no modelo de política pública de ensino superior público e com recursos públicos, o modelo de gerencialismo neoliberal é muito presente. A otimização de recursos, o aumento da carga de trabalho, a criação de cursos noturnos e o recebimento de recursos financeiros, conforme o atingimento das metas, são notadamente o modelo gerencial neoliberal, sob o ponto de vista desse gerencialismo que trata Jeffrey (2012), com base no ciclo de Ball, facilita a compreensão do que foram essas políticas públicas voltadas ao ensino superior, permeados dos diversos e complexos contextos políticos de cada momento histórico, bem como os resultados e as implicações que toda essa diversidade de políticas públicas ocasionam e podem ocasionar para o futuro.

De fato, em que pese as críticas ao Reuni, nota-se claramente que o período de 2003 até 2012, existe um grande crescimento no número de criação as universidades e institutos federais, bem como existem forte aumento no investimento no período, em especial a partir de 2007 com o Reuni.

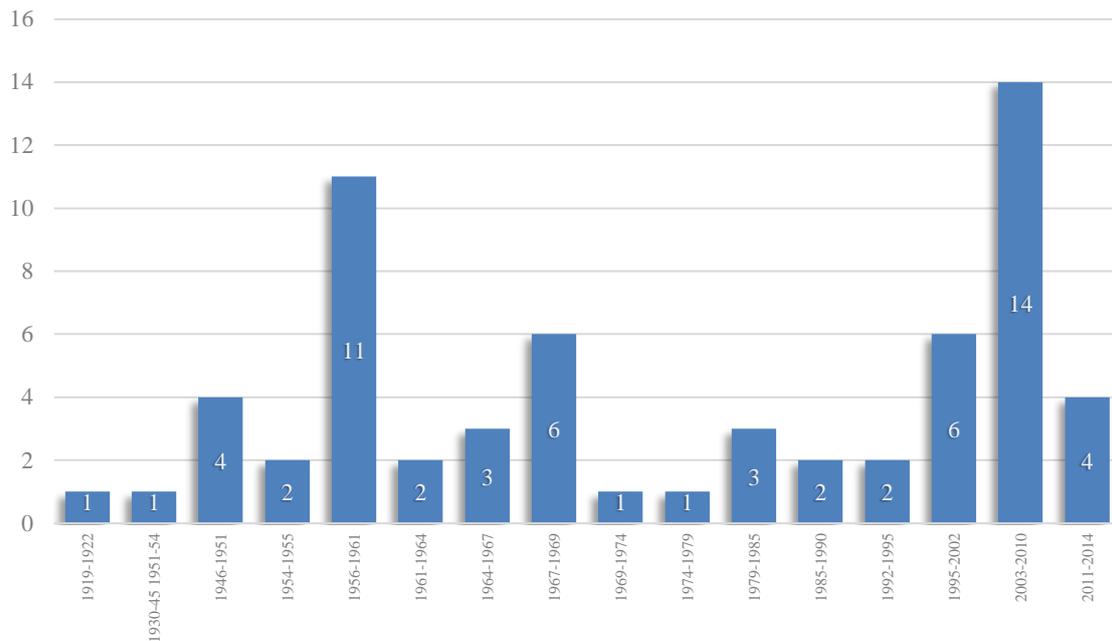
GRÁFICO 3 – Número de Vagas Ofertadas nas Universidades Federais (2003-2011)



Fonte: Ministério da Educação (2014, p. 12).

Esses dados demonstram claramente o aumento de vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais, no período de 2003 até 2011, auge do aumento de vagas e de políticas públicas nos governos progressistas de Lula e Dilma.

GRÁFICO 4 – Número de vagas ofertadas nas universidades federais (2003-2011)



FONTE:–Ministério da Educação (2014, p. 25).

O período dos governos de 2003 até 2016 foi o momento de maior crescimento e criação das universidades federais no Brasil, permitindo-nos afirmar que, mesmo diante das contradições efetivas e o aumento exponencial das instituições privadas no ensino superior fomentadas pelo Prouni e Fies, esse período dos governos petistas foram o de maior investimento e, por consequência, maior crescimento também das universidades federais no Brasil.

QUADRO 7 – Investimento MEC aos programas de expansão do Ensino Superior

Ano	Custeio	Investimento	Total
2005	2.640.396	64.840.709	67.481.106
2006	52.279.785	331.778.298	384.058.083
2007	73.154.311	366.877.394	440.031.705
2008	177.551.293	759.881.047	937.432.341
2009	332.843.609	1.283.763.854	1.616.607.463
2010	535.092.380	1.210.613.309	1.745.705.690
2011	890.924.058	1.922.229.625	2.813.153.683
2012	1.041.007.761	950.818.403	1.991.826.164
Total Geral	3.105.493.594	6.890.802.640	9.996.296.234

Fonte: MEC- recursos orçamentários de custeio e investimento destinados aos programas de expansão.

QUADRO 8 – Impacto Reuni (2007-2012)

Ano	Nº de cursos	Δ%	Vagas ofertadas	Δ%	Matrículas	Δ%	Nº de docentes	Δ%	Número de técnicos	Δ%	Recursos orçamentários	Δ%
2007 ¹	2.660	...	139.875	...	578.536	...	56.440	...	88.801	...	44.031.705	...
2008 ²	2.822	6,1	150.869	7,9	600.772	3,8	58.732	4,1	90.413	1,8	937.432.341	113,0
2009	3.868	37,1	186.984	23,9	696.693	16,0	63.972	8,9	90.975	0,6	1.616.607.463	72,5
2010	4.327	11,9	218.152	16,7	763.891	9,6	68.335	6,8	94.143	3,5	1.745.705.690	8,0
2011	4.506	4,1	231.530	6,1	842.606	10,3	70.710	3,5	96.208	2,2	2.813.153.683	61,1
2012	4.672	3,7	239.942	3,6	885.716	5,1	71.247	0,8	98.364	2,2	1.991.826.164	-29,2

FONTE: MEC- Elaborado por Rosa Maria de Arruda Martins - UFES: Detalhe do impacto do REUNI no período de sua vigência de 2007-2012

Quanto ao investimento e seu impacto, os dados demonstram que, mesmo com as contradições, que são constantes e marcam o período dos governos petistas no Brasil, o Reuni, no que foi proposto com a intenção do aumento e expansão do ensino superior, obteve êxito no período; ocorreu aumento na criação de universidades federais e houve de fato aumento exponencial nos orçamentos educacionais.

As contradições e críticas ocorreram da mesma forma e com o mesmo viés sobre o Prouni, e agora com o Reuni, focalizado, sobretudo, no modelo gerencial neoliberal e no impacto e na parceria com as instituições privadas, contradições essas marcantes no período de governos de esquerda, em que o pacto entre as elites e os avanços sociais chegaram ao seu limite com o impeachment da presidenta Dilma em 2016. Contexto esse que propiciou o surgimento do remodelado neoliberalismo como modelo econômico e, por conseqüências, trouxeram impactos e estagnações dos programas e das políticas públicas anteriormente citadas.

4 POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR E POLÍTICA DE CICLOS: UM CAMINHO METODOLÓGICO

A pesquisa em políticas educacionais de forma geral permite muitas e diferentes análises, uma vez que a temática é estudada sob diversos enfoques, seja os de origem social, política ou econômica; o que diante da perspectiva de análise empregada suscita condições para compreensão, descrição ou problematização do enfoque construído.

O caminho metodológico escolhido nesta pesquisa é o ciclo de políticas trazido pelos pesquisadores Stephen J. Ball e Richard Bowe, aqui no Brasil estudado e interpretado por pesquisadores, dentre os quais Jefferson Mainardes e Débora Jeffrey. A análise das políticas de ensino superior por meio da abordagem de ciclos faz-nos identificar as políticas mediante suas intencionalidades discursivas e práticas, sua aplicabilidade e, por fim, seus resultados e sua eficácia pelo contexto de ciclos, Ball (2009) elenca cinco contextos: o de influência, o de produção do texto, o da prática, o dos resultados/efeitos e o de estratégia política.

Nozu e Bruno (2015) indicam que o método trazido por Ball forma-se num referencial analítico flexível e dinâmico, ou seja, modificável e compreendendo as complexidades das relações políticas, notadamente com destaque ao modo de atuação dos agentes políticos e sociais, suas influências e os enfoques de sua ação. É essa possibilidade de compreensão das complexidades das ações dos agentes políticos e a forma flexível na análise permitem compreender as nuances, alterações e percepções diversas na criação das políticas públicas nos determinados tempos históricos, com a análise dos sujeitos, da correlação de forças e das pressões sociais existentes naquele momento, essas possibilidades de análise contribuem para o entendimento do ciclo de políticas públicas no ensino superior brasileiro.

Ball (2009), em entrevista para a *Revista Educação e Sociedade*, faz questão de afirmar que o chamado “ciclo de políticas” é um método para análise das políticas, é uma forma de teorizar e pesquisar as políticas. Ou seja, não é um método de explicação para as políticas públicas. Isso é importante inicialmente conceituar, pois com o método de Ball não se busca a explicação de determinada política pública específica, mas auxilia a compreensão de como se chegou até aquela determinada efetivação de uma política pública na realidade objetiva, na concretude do cotidiano das pessoas. Todavia, esse método de compreensão do ciclo de políticas, recheado de um pluralismo teórico, admitido pelo próprio Ball, auxilia no entendimento de que as políticas públicas, desde o seu “nascimento” com projetos, ideias e discursos, são permeadas de diversos aspectos complexos e com interesses diversos, nada linear e de difícil categorização.

Mainardes (2006) traz de modo detalhado a compreensão da análise do ciclo de políticas de Ball, inicialmente era conceituado em três ciclos de políticas, sendo política proposta, política de fato e políticas de uso. A primeira chamada de política proposta seria a chamada política oficial, a segunda seria a chamada fase legislativa, de construção de texto e conceituação de texto e, na terceira, a política de uso, que seriam os discursos práticos da política. Em que pese a divisão desses ciclos de políticas trazerem uma série de contextualizações, Ball (2009) revisitou os conceitos e ampliou o seu ciclo de análise em cinco contextos, quais sejam: a) contexto de influência; b) contexto de produção; c) contexto prático d) contexto de resultados; e) contexto da estratégia política. Esses cinco contextos do ciclo de análise de políticas auxiliam na compreensão da dinâmica, das complexidades e principalmente da não linearidade dos objetos políticos. Esse fato é essencial para entender os diversos modos e os limites de determinadas políticas públicas em seus momentos históricos e dentro da contextualização política objetiva daquele período, ou seja, os debates, embates, as discussões e a luta de ideias que permearam aquela discussão política.

O contexto de influência está no momento da aparição das ideias, dos discursos, das influências de pensamentos, sejam eles nacionais ou internacionais. É dentro desse primeiro elemento que conseguimos identificar onde os discursos legitimam determinados interesses e consolidam-se dentro de um ideário de consciência social.

Nesse contexto, identificamos, por exemplo, a forte influência que os grandes grupos internacionais sobrepõem seus ideários e legitimam seus discursos como sendo as soluções para os mais diversos problemas, sejam eles na área da educação, saúde, economia, do lazer, entre outros. É nesse contexto, em que pese, Ball não o identifique assim, que pode ser feita a ligação com o conceito de superestrutura de Marx, quando o autor identifica no contexto de influência de ideias e legitimação de discurso de grandes grupos econômicos, estamos diante da chamada superestrutura que determina os rumos sociais.

Na análise marxista, a infraestrutura está conectada nos conjuntos das relações de produção econômica, já a superestrutura está ligada à consciência social, ou seja, os componentes da ideologia, do modo de pensar daquela sociedade. É diante disso que identificamos a legitimação de discursos e a chamada “migração” de políticas que a globalização e o neoliberalismo efetuam ao redor do mundo. Esse contexto de influência é muito importante para a compreensão do ideário das políticas, para a compreensão do jogo político que é anterior inclusive às proposições de propostas e projetos de leis.

Para compreender esse contexto de influência na agenda do ensino superior público, notadamente, contextualiza-se com os ditames dos organismos internacionais que, com o intuito

de fomentar o neoliberalismo, consideraram a educação como um modal de implementação da sociedade no contexto político e econômico dessa nova ordem. Nessa modernização econômica, na compreensão do ideário neoliberal de minimizar o papel do Estado e amplificar as iniciativas privadas, conseguir aumentar o número de jovens no ensino superior, em especial as IES privadas, influenciaram as políticas públicas locais, notadamente na necessidade de o Brasil atingir a meta de 30% dos jovens em idade universitária cursando o ensino superior, conforme trazido nos Planos Nacionais de Educação.

A influência dos organismos internacionais também é notada nos documentos das conferências mundiais sobre o ensino superior, analisando o documento de 1998 em Paris, a carta indica a necessidade da ampliação ao acesso, sobre parcerias e alianças, a diversificação do ensino superior e a forma de gestão e financiamento do ensino superior. Tais cartas são bases de fundamento para as políticas públicas de gestão de recursos no governo FHC, e os modelos de ampliação ao acesso ao ensino como o Prouni, notadamente, uma parceria público-privado.

O contexto de produção já envolve as questões de disputas de embates de ideias que foram notadamente influenciados pelos discursos e legitimação de interesses, que relacionamos com a superestrutura marxista, em que pese, mesmo Ball, não tenha efetuado referida ligação. E esse contexto de produção é exatamente os textos políticos e legislativos, fruto dos discursos ideológicos para a proposição da legislação e dos acordos permeados dentro das casas de lei, é a materialização do contexto da política, por meio do texto de lei. Conforme Mainardes (2006), “os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais”. O autor cita as contradições que eventualmente esses textos podem conter: “textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso”.

Já o texto de lei do Prouni, é um bom exemplo do contexto de produção, sendo a efetiva materialização da política, com um texto elencado e recheado de influências dos organismos internacionais, quando trata das formas de alianças com o ensino privado, bem como as ambiguidades do texto, do contexto e da diversidade de interpretações. Para compreender a Lei nº 11.096/2005, é necessária a análise do contexto político de sua criação, conforme elencado no capítulo anterior — das diversidades das matrizes ideológicas que fizeram parte daquele governo, naquele período histórico, as influências, as atuações e as pressões sociais que por fim trouxeram aquele texto que se consolidou como a principal política pública de ensino superior no país.

Já no contexto prático é a legitimação do texto na realidade prática, é o momento em que esse texto pode ser interpretado, recriado, revisitado por vários cidadãos que são afetados por aquele projeto de lei, para Mainardes (2006), é o local em que o texto é efetivamente colocado em prática pelos agentes, agentes esses que não são mero receptadores do texto de lei que cumprem a ação na sua integralidade. É na prática que esse texto de lei, texto esse da própria política é interpretado de modo diverso pelos seus agentes, sendo ou não colocados em prática, momentos de luta e de conflitos na execução do texto de lei.

No momento da criação do Reuni, conforme cita Santos (2009), ocorreram inúmeras manifestações contrárias e favoráveis ao projeto, por vezes dentro das universidades, na vida prática de cada uma o “modus operandi” de implementação do Reuni foi feito e analisado de diversos modos, com ampliação de cursos, com ampliação de salas e, ao mesmo tempo, com resistência de alunos e professores que consideravam as ampliações com o reflexo no aumento da carga de trabalho e, por consequência, na queda de qualidade do ensino. É esse contexto da prática que induz as diversas e diferentes formas de interpretação do texto legal e de sua prática efetiva no campo de batalha, das salas de aula, das secretarias estaduais e municipais e até mesmo dentro das universidades públicas e nas IES privadas, no tocante à implementação do Prouni.

É exatamente nessa perspectiva que Mainardes não considera os sujeitos da ação como meros executores da política legal, mas como sujeitos ativos, que são influenciados pelo seu meio social, seu modo de pensar, seus ideais e suas formas de enxergarem e se conectarem com a política. E então, podem recriá-las e dar novo sentido diverso da proposta original.

Ball posteriormente elencou os chamados contextos finais, o contexto de resultados e efeitos e contexto de estratégia política. O contexto dos resultados e efeitos é essencial para análise de determinada política pública, verificando os efeitos gerais e específicos, que o autor divide em efeitos de primeira ordem, sobre as mudanças de estrutura e os efeitos de segunda ordem, que seriam os impactos desta política na sociedade e na vida daqueles cidadãos que eram o foco e o objetivo de ter sido alcançado.

Nesse quesito, a análise do contexto de resultados e efeitos são extremamente pertinentes para a compreensão da importância e dos resultados efetivos de políticas como o Prouni e o Reuni. Notadamente, os indicadores trazidos no capítulo anterior mostram claramente como foram efetivas as políticas públicas no ensino superior no tocante à ampliação do acesso ao ensino superior, a efetividade é comprovada nos números, ou seja, no efeito geral, também compreendido de primeira ordem, que trata sobre as mudanças estruturais na sociedade e para nosso estudo nas universidades.

Os efeitos de primeira ordem indicam uma nova visão de universidade na juventude. Com a criação do Prouni, criou-se na juventude uma modificação de sonhos e de perspectivas, com a possibilidade de ingresso no ensino superior para modificação de sua vida e de sua família, como consequência o atingimento do efeito de primeira ordem, estrutural, tem resultados nos efeitos de segunda ordem, os impactos sociais e individuais que trouxeram na vida de milhões de jovens que cursaram o ensino superior e conseguiram modificar sua vida por meio do ensino, com consequências positivas econômicas para si e para toda sua família.

O contexto final do chamado ciclo político de Ball e Mainardes (2011) é o contexto da estratégia política que, para Mainardes (2011), seria aquelas atividades que lidam com as desigualdades sociais, práticas políticas e sociais que dialogam com os embates políticos, utilizados para o chamado uso estratégico dos embates sociais.

Esse conceito de ciclo de políticas como método para compreender as políticas públicas na sua amplitude, considerando os seus embates e todas as suas nuances que envolvem as relações sociais e políticas, sem desconsiderar o contexto econômico, social e histórico. É essa necessidade de entendimento das políticas que nos auxilia para entender as mudanças no campo das políticas educacionais, que Jeffrey identificou no início da década de 90 com a introdução de conceitos empresariais no setor público, em especial na educação. Para entender essa mudança, é necessário analisar todo o ciclo político e suas contextualizações.

O entendimento desse ciclo de políticas, analisando os governos do período democrático, em especial os governos FHC, Lula, Dilma, Temer e governo Bolsonaro sob o ponto de vista desse gerencialismo que trata Jeffrey, com base no ciclo de Ball, facilita a compreensão do que foram esses governos, as políticas voltadas ao setor educacional permeados dos diversos e complexos contextos políticos de cada momento histórico, bem como os resultados e as implicações que toda essa diversidade de políticas públicas ocasionam e podem ocasionar para o futuro.

Podemos inicialmente já identificar os malefícios desse modelo empresarial para a educação, pois ele prioriza a formação dos estudantes para o mercado de trabalho, notadamente focado nas chamadas avaliações externas e responsabilizando o profissional da educação que está na ponta do processo. Exemplos disso são vistos em toda rede educacional em todo país, no Estado de São Paulo, os professores da educação básica recebem “bônus” caso seus alunos atinjam as notas estabelecidas, criando, assim, um método individualista de responsabilização dos professores, descontextualizando toda prática educacional e os diversos fatores sociais e econômicos que permeiam e circulam o ensino aprendizagem.

No ensino superior, os cursos mais valorizados são aqueles de que o mercado atualmente precisa, bem como existe a supervalorização dos chamados cursos de curta duração, formação técnica, rápida e voltada para a mão de obra ao capital. Os cursos de licenciatura notadamente ficam desvalorizados, o que implica, inclusive, na formação de qualidade dos futuros professores. Ademais, a política pública neoliberal na gestão educacional claramente é voltada com preferência para as instituições do ensino superior privado, sufocando as universidades federais com corte de recursos e diminuição de *campi* e cursos, conforme cita claramente o presidente Jair Bolsonaro e sua equipe econômica.

Referido impacto dessa estrutura neoliberal no setor público, em especial na educação é o que temos atualmente, uma educação excludente, que não forma cidadãos conscientes e prontos para a vida em sociedade e a individualização da responsabilidade em especial dos professores, retirando a responsabilidade do estado, impondo a mentalidade neoliberal, formando alunos para o empreendedorismo e com pouco reconhecimento do estudo, esse conjunto de fatos leva-nos a uma sociedade cada vez mais hostil nos tratos sociais com prioridades diversas daquelas que constroem uma sociedade mais justa para se viver.

5 O FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: ESTAGNAÇÃO, ROMPIMENTOS E RETROCESSOS (2015-2021)

O financiamento da educação pública superior sempre foi secundarizado na temática educacional, mesmo com o advento da Constituição de 1988, que garantiu os direitos sociais básicos, entre eles, a educação como dever do Estado. O artigo 208 elenca que o dever do Estado será efetivado no “acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, diferente ao tratar ao acesso na educação básica. Nota-se que ao tratar do ensino superior, a CF traz um elemento subjetivo e notadamente voltado à ideia liberal da meritocracia, quando elenca que o acesso ao ensino superior será mediante a “capacidade de cada um”, trazendo aqui um modelo elitista e de reserva de vagas àqueles que sempre estiveram e puderam ter acesso às melhores oportunidades e condições de vida.

O entrave ao financiamento do ensino superior aumenta claramente quando nota-se a configuração trazida mediante à implementação do modelo de gestão neoliberal nas políticas públicas, iniciada na década de 90 do século XX com o governo Collor e aprofundada e enraizada com a reforma do Estado efetuada no governo FHC, quando o gerencialismo das contas públicas ficou regido sob os ideais dos organismos internacionais, notadamente o FMI e o Banco Mundial que dominaram e deram as cartas do modelo econômico na América Latina nos governos liberais da década de 90. As principais características dos “mandamentos” dos organismos internacionais eram baseadas na redução dos investimentos públicos no ensino superior, criando mecanismos de investimentos a partir de metas gerenciais, fomentando a necessidade do pagamento de mensalidades nas universidades públicas, fomentando a iniciativa privada por intermédio de transferências de recursos públicos para as IES privadas.

Em 1995, o Banco Mundial emitiu orientações sobre o que compreendia como uma educação superior eficiente criticava abertamente a destinação dos recursos oriundos de impostos em investimentos nas universidades públicas, defendendo a cobrança de mensalidade, o fim de subsídios destinados aos estudantes em relação à alimentação e moradia e por fim, defendeu maiores destinações para as instituições privadas, sob a ótica da maior efetividade econômica e técnica na iniciativa privada. Já a conferência mundial sobre o ensino superior realizado em 1998 pela Unesco, reafirma o modelo que o financiamento da educação superior demanda investimentos públicos e privados. Essas afirmações e orientações dos organismos internacionais naquele período histórico ditavam as regras e ainda ditam os modelos e como os governos dos países em desenvolvimento deveriam se “comportar” economicamente, sob pena de não receber apoio e fomento econômico do mercado internacional. O gerencialismo

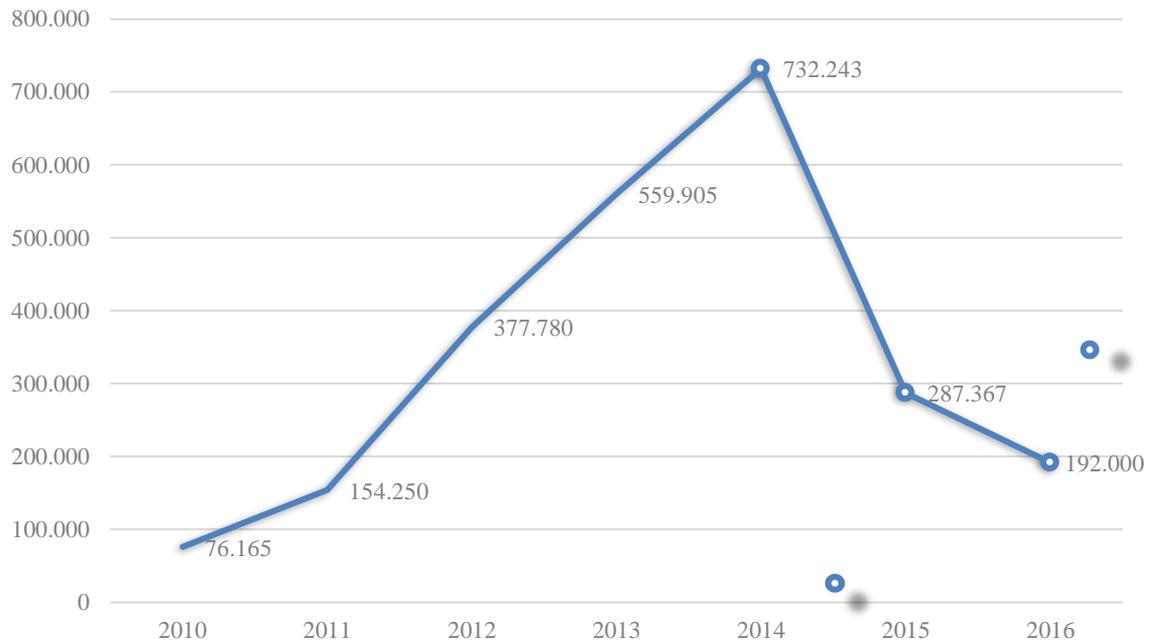
econômico sob orientação do neoliberalismo tornou-se hegemônico nas políticas públicas no ensino superior.

Essas orientações foram base para a reforma de Estado do Bresser, realizada no governo FHC, moldando o que temos até então no financiamento do ensino superior no Brasil. A LDB/1996, por consequência da reforma que altera o modelo de concepção de Estado, seguindo os ditames neoliberais, elenca ali em seu texto os princípios para o ensino superior, trazendo ali a diversificação das instituições, a ampliação do crédito educativo, expansão do ensino superior privado e à autonomia das universidades públicas.

Sob essa lógica hegemônica do ideário neoliberal que advém as políticas públicas do ensino superior, sejam elas no governo FHC, no modelo do Fies, ou nos governos petistas com a ampliação do próprio Fies, Prouni e Reuni. Evidentemente que, conforme elencado no capítulo IV desta pesquisa, as políticas públicas ocorridas no governo Lula conseguiram aumentar a destinação de recursos nas instituições públicas e, por meio do Prouni, abriram condições para que famílias e jovens pobres conseguissem ingressar no ensino superior. Todavia, em nenhum momento, ocorreu uma quebra no modelo previsto de financiamento em ensino superior, o aumento das instituições privadas continuou de forma exponencial, claramente por meio do Prouni e do Fies. O viés inclusivo daquele período histórico, rompido com o golpe institucional de 2016, muda novamente a configuração da concepção econômica, trazendo novamente no governo Temer e aprofundado no governo Bolsonaro de diminuir os gastos públicos e potencializar as instituições privadas.

Com o novo rumo ideológico e neoliberal após o pleito de 2018, a educação, sem dúvida, passa a ser o principal alvo de corte nos investimentos, além de atacada fortemente. A paralisia proposital e a ausência de projetos de políticas públicas, com a alternância de ministros na área, configuram o desastre na educação com o governo Jair Bolsonaro. No curto período do governo Temer, a educação teve como ministro o deputado José Mendonça Bezerra Filho, que ao assumir já iniciou que haveria cortes no modelo do Fies, que ao final do governo Dilma já havia reduzido muito o número de novos contratos, conforme se nota no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5 – Contratos Fies 2010 – 2016

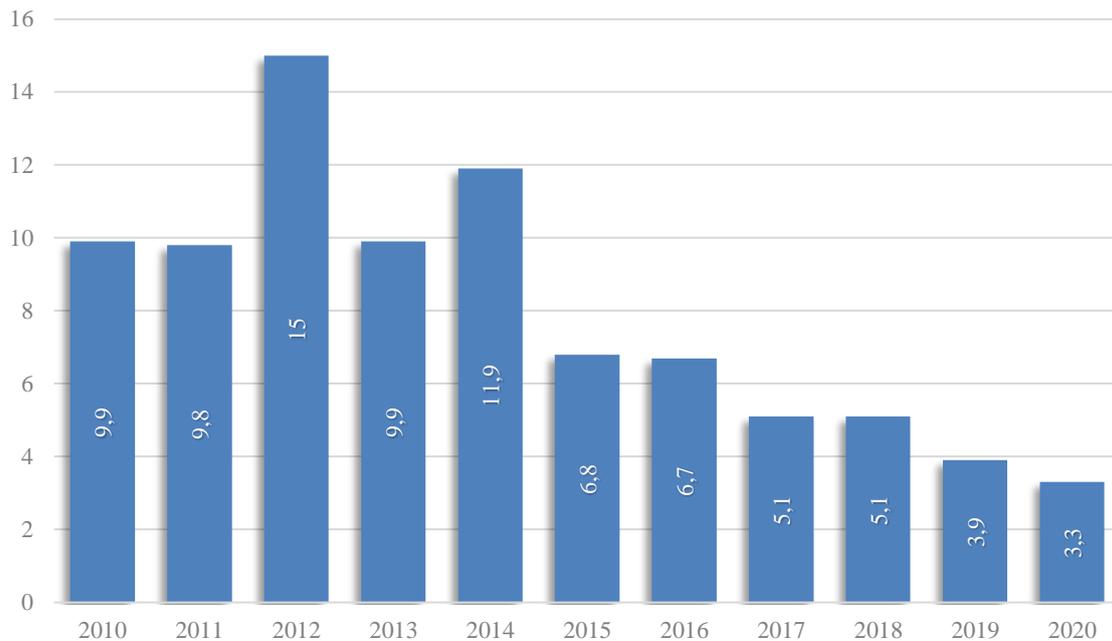


FONTE: Relatório de Gestão Fies (SESu-MEC)

Mendonça Filho, em 2018, foi substituído pelo advogado Rossieli Soares, que viria a ser depois secretário estadual de educação em São Paulo, um dos principais entusiastas e ator ativo na Reforma do Ensino Médio e na gestão gerencial da educação.

Com o advento do governo Bolsonaro, o projeto neoliberal que já avançava com os cortes na educação sofreu danos ainda maiores. Inicialmente, o Ministério da Educação foi ocupado pelo colombiano Ricardo Vélez Rodrigues, ficou apenas três meses no comando do ministério e foi substituído por Abraham Weintraub. Este ficou conhecido por sua perseguição a Paulo Freire e pelos ataques constantes às universidades públicas, que tratava como “local de esquerdistas” e que as universidades “plantavam maconhas”, entre outros ataques absurdos. Não obstante as bravatas, Weintraub foi o ministro dos cortes na educação.

GRÁFICO 6 – Relatório de Gestão Fies (2010 – 2020)

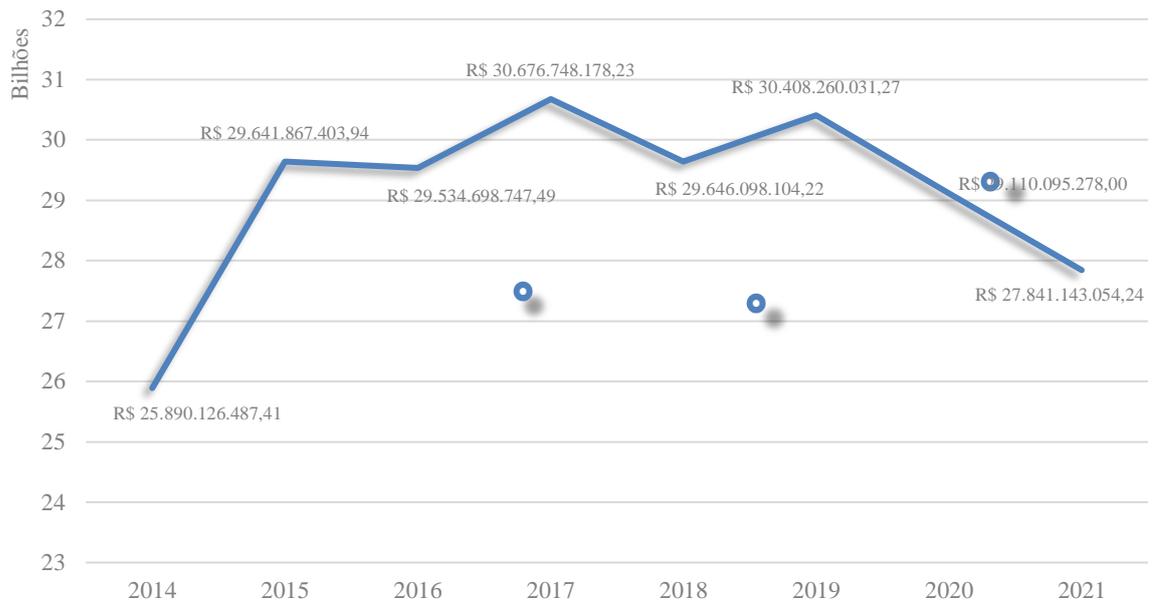


FONTE: Relatório de Gestão Fies (SESu-MEC)

Os dados deste relatório demonstram um corte dos valores investidos em políticas públicas em educação, nos vários níveis de ensino no período de 2010 a 2020, demonstrando claramente os cortes efetuados no setor, que após o golpe político de 2016, aprofundou os cortes em políticas públicas sociais. Em matéria veiculada no jornal *Folha de São Paulo* na época, notou-se que os investimentos no ensino superior e profissional tiveram um recuo de 71% no período.

Weintraub, após polêmicas e ataques ao Supremo Tribunal Federal, saiu do ministério em junho de 2020, indo embora aos Estados Unidos com receio de ser preso. Foi substituído por Carlos Alberto Decotelli, que sequer chegou a ser empossado, trabalhou durante uma semana, mas não foi oficialmente empossado após ser descoberta fraude em seu currículo, como títulos de doutorado que sequer havia cursado. Posteriormente, foi nomeado Milton Ribeiro, ligado à Universidade Mackenzie, defensor da diminuição do acesso ao ensino superior, defendendo abertamente que a universidade não é lugar para todos e deveria ser lugar para poucos. Essa alternância de ministros e os discursos claramente preconceituosos denotam que os cortes na educação não foram frutos apenas de falta de recursos públicos ou crise econômica, mas sim era o projeto do poder governamental constituído.

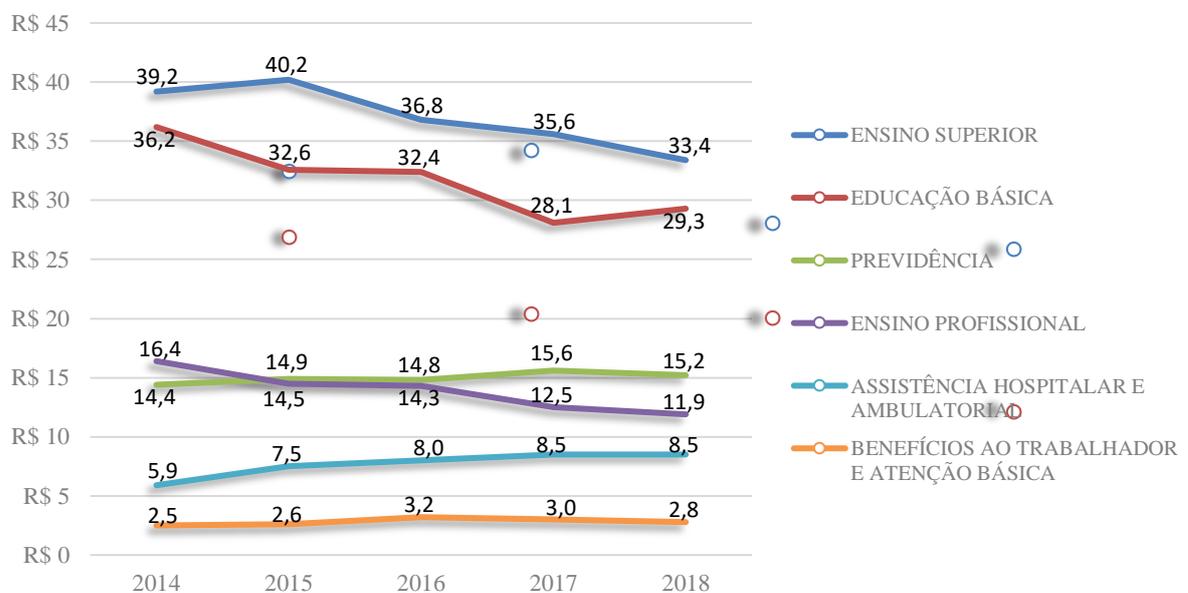
GRÁFICO 7 – Investimentos na Educação no período de 2014-2021



FONTE: Brasil ([2021]).

Há demonstração de queda de investimentos na educação, principalmente no ensino superior, que demonstra queda de aproximadamente 15% entre 2014 e 2019, conforme fonte do próprio governo.

GRÁFICO 8 – Investimento na Educação Brasileira no período de 2014-2019



Fonte: Brasil ([2021]).

Nota: valores pelo IPCA; despesas primárias pagas no exercício, inclusive restos a pagar

6 O CASO PROUNI - ESTAGNAÇÃO, RETROCESSO OU MANUTENÇÃO

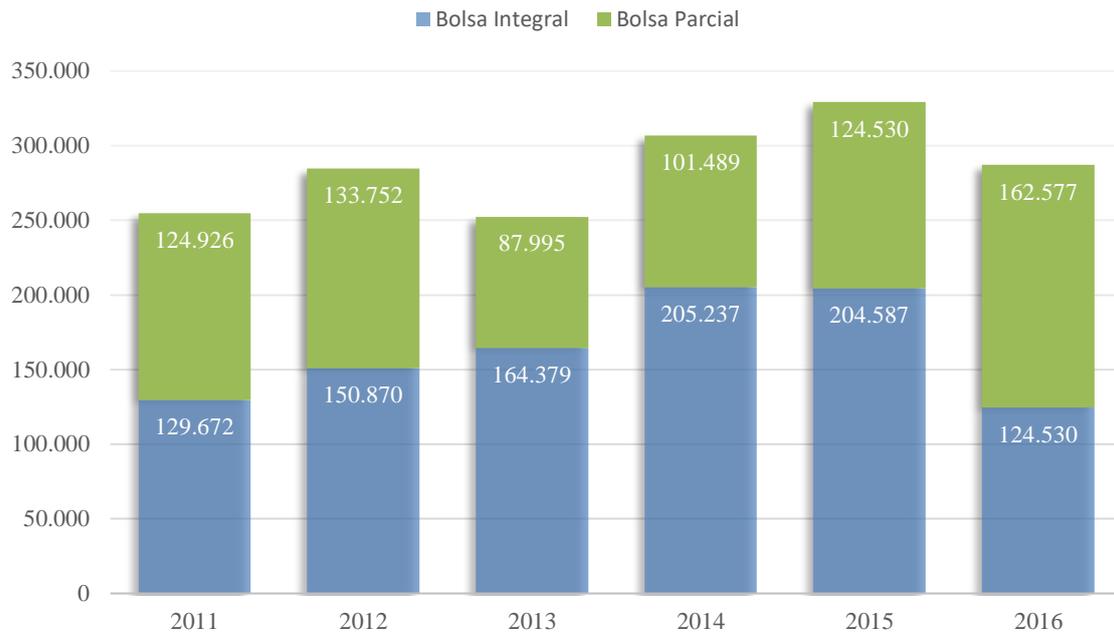
Faz-se necessário compreender o Prouni em meio ao novo modelo econômico posterior aos governos petistas, tendo em vista as críticas que o programa recebeu desde o seu início, conforme demonstrado nos capítulos anteriores, o programa sempre foi visto em meio às contradições próprias de seu período histórico, ora visto como um avanço no sentido de que foi o único programa efetivo no sentido de abrir as portas do ensino superior de forma ampla e democrática. Ainda que essa porta tenha sido aberta mediante as instituições de ensino superior da rede privada, aumentou os investimentos públicos nas redes privadas e não trouxe a mesma expansão no setor público.

A privatização do acesso ao ensino superior, ou a privatização das matrículas, como cita Schwartzman (2014), deve ser analisada sobre três fatores, a dificuldade das instituições públicas no atendimento às demandas sociais com a agilidade que seria necessária, a demanda crescente que ultrapassa a capacidade financeira do Estado e o notório mercado educacional, como venda de um produto altamente rentável e que seu consumo é duradouro na sociedade. Esses fatores explicam os motivos do sucesso do Prouni no Brasil, em especial no período de 2005 até 2016, como também auxilia na compreensão da manutenção deste programa, mesmo com as alterações de rumo políticas e econômicas em nosso país.

Ademais, os governos que vieram após o golpe institucional de 2016, reconhecidos como neoliberais e neoconservadores, a partir de 2018, com críticas ao setor público e apreço à privatização, sempre trabalharam com afincamento no sentido de valorizar o setor privado — com destaque para sua chamada efetividade técnica e com função mercadológica. Afinal, seria o Prouni o único programa social do período dos governos petistas que teria sobrevivido à sanha neoliberal-neoconservadora? O que se vê diante do apagão de dados proposital principalmente do governo de Jair Bolsonaro é que mesmo o Prouni, que é para muitas instituições privadas uma tábua de salvação financeira, também foi vítima do corte de investimentos em educação.

Ainda no governo Dilma, em seu último ano, já se notava uma diminuição na oferta das bolsas integrais e o aumento das bolsas parciais, bem como o aumento da concessão de bolsas na modalidade EaD.

GRÁFICO 9 – Número de Bolsas Integrais e Parciais do Prouni no período de 2001-2016



FONTE: Sala *apud* Semesp (2017).

Sob o governo Dilma, no ano de 2016 já havia indícios de uma nova guinada no Prouni, com a diminuição de bolsas integrais, cujo governo ficaria responsável por 100% do pagamento. Já no governo Temer e com a promulgação da PEC do Teto que reduzia os investimentos públicos houve um corte de 80 mil bolsas integrais no Prouni, o foco daquele governo, nas palavras do então ministro Mendonça Filho, seriam as bolsas parciais e o ensino na modalidade EaD.

Conforme elencado no Gráfico 8, o número de bolsas concedidas no ano de 2020 já era 29% inferior ao ofertado em 2019, fruto da crise econômica e notadamente pela ausência de uma política efetiva na manutenção dos programas de acesso ao ensino superior. Frisa-se ainda que os números trazidos de 2020 são de bolsas ofertadas no início do ano, ainda não impactadas pela pandemia da covid-19, que trouxeram inúmeros problemas para a economia mundial.

Segundo dados da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, em matérias jornalísticas de julho do ano de 2021, havia a informação de que, no número de bolsas ofertadas pelo Prouni, haveria redução de 29,5% em relação ao ano de 2020, já neste ano, sob a justificativa da grave crise econômica. Segundo Alexandre Mori, gerente financeiro do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), a queda foi geral, com ausência de alunos, seja via programas sociais como o Fies ou o Prouni, muito menos aquele aluno que pagava sua mensalidade.

Com exceção do período pós-pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), que acometeu o mundo no início de 2020, especialmente atingindo o Brasil em março daquele ano, com fechamento de escolas, universidades, fechamento de empresas e queda da economia, em que as análises sobre os programas e políticas públicas de financiamento poderiam ser abalados pelo contexto da pandemia, os anos anteriores ao de 2020, demonstram, com os dados obtidos, que o Prouni segue sendo o único programa de acesso ao ensino superior para uma parcela da população que não possui condições de arcar com o custo do ensino superior privado, bem como ao longo de sua trajetória estudantil não obteve condições para conquistar o acesso às poucas vagas do ensino superior público. Ademais, resta claro que, após o período do golpe institucional de 2016, o ensino superior público não foi o foco de investimentos, pelo contrário, tem sido notadamente perseguido pelo atual governo federal.

2.9 A medida provisória 1075/2021 e o golpe na questão central do Prouni

No apagar das luzes do ano de 2021, o presidente Jair Bolsonaro edita a Medida Provisória nº 1075/2021, que traz mudanças no Prouni, especificamente na possibilidade de permitir também o acesso de jovens que tenham realizado o ensino médio em escolas privadas, independentemente de o aluno ter sido bolsista ou não:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.075, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, para dispor sobre o Programa Universidade para Todos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

[...]

Art. 2º

I - a estudante que tenha cursado:

- a) o ensino médio completo em escola da rede pública;
 - b) o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;
 - c) o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;**
 - d) o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista; e
 - e) o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista;**
- [...] (BRASIL, 2021).

A referida edição da MP 1075/21 fere de morte a principal característica do Prouni que é o foco na possibilidade do acesso dos jovens de baixa renda no ensino superior, este modelo

de permitir que apenas alunos bolsistas da rede privada no ensino médio tivessem acesso ao programa visava estabelecer que aquele jovem não bolsista, que teve condição de pagar uma escola particular, este também teria condições de pagar uma instituição privada no ensino superior, sendo assim, aquele aluno bolsista que encerraria sua jornada de estudos no ensino médio, teria então a possibilidade no prosseguimento de sua vida acadêmica por meio do Prouni.

A medida permite que, no ano de 2022, os alunos que realizaram o ensino médio em escola particular, notadamente, por vezes, com nível de ensino superior aos de escola pública concorram com a mesma vaga e o mesmo público, o discurso de que todos possuem direito de preencher a mesma vaga, na prática trará um enorme fosso de desigualdade ao longo dos anos, fato esse que era minimizado ao menos no Programa Universidade para Todos.

Fernando Haddad, ministro da Educação (2005 – 2012), nos governos Lula e Dilma Rousseff, um dos principais idealizadores do programa, ficou estarelecido com a edição da MP sem discussão da sociedade e elencou que:

Hoje, por MP, Bolsonaro começa a destruir o Prouni. Um dos programas que eu mais me orgulho de ter concebido, junto com minha companheira Ana Estela. Quase 3 milhões de jovens, pobres, pretos e periféricos beneficiados. A Câmara deveria devolver para o Planalto esse lixo. Nojo!!! (BOLSONARO..., 2021).

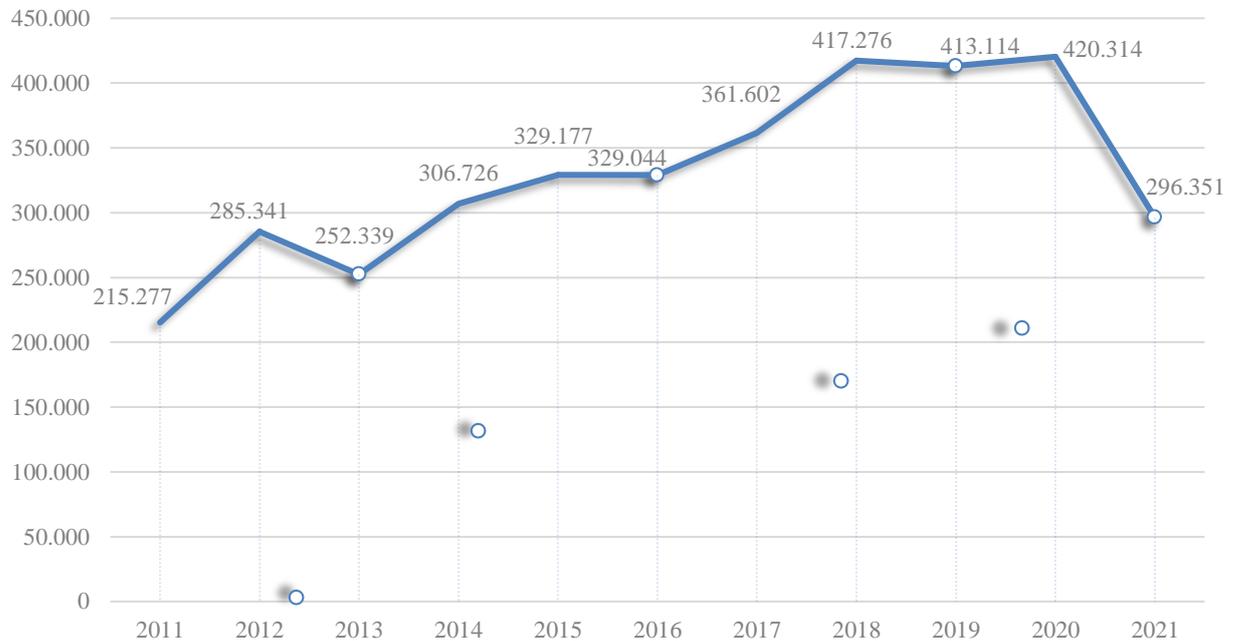
A indignação do ex-ministro também é compartilhada por Claudia Costin, diretora da Fundação Getúlio Vargas que disse: “Colocar o Prouni, por medida provisória, sem discussão da sociedade, para setores da classe média que estão em escolas particulares — para uma minoria ter acesso de graça às faculdades particulares — não me parece algo correto” (COSTA, 2021).

A medida foi tomada sem nenhum diálogo com a comunidade estudantil, especialistas em educação reverberam apenas o caráter elitizante e antissocial do atual governo, haja vista que tal medida permite o aumento da desigualdade, muitos jovens de classe de baixa renda que tinham apenas o Prouni como possibilidade de acesso ao ensino superior poderão ficar cada vez mais distantes do ingresso ao ensino superior.

A referida medida atende, nesse momento, dois objetivos, o primeiro é o ataque ideológico do governo no que tange a modificar e encerrar vários projetos e programas sociais que vieram dos governos petistas; e a outra é atender ao apelo das instituições de ensino da rede privada que, com o advento da pandemia da covid-19, tiveram suas vagas ociosas crescendo,

mesmo com a diminuição no número de bolsas ofertadas, conforme dados trazidos da Frente Parlamentar da Educação:

GRÁFICO 10 – Número de Bolsas do Prouni entre 2011–2021: uma diminuição



FONTE: Bimbatti (2021).

O gráfico demonstra a diminuição de bolsas ofertadas pelo Prouni, um total retrocesso em um programa que era referencial para a juventude no acesso ao ensino superior, comprovando que os problemas econômicos enfrentados por todos, ocasionados pelas ausências de políticas públicas com viés social em conjunto à crise oriunda pela pandemia da covid-19, trouxeram a desesperança do povo e a falta de perspectiva nos estudos, mesmo que por meio do Prouni.

Para as IES privadas, que veem no Prouni uma forma de sobrevivência no tocante ao recebimento financeiro. Mesmo que pela via das isenções fiscais, o apelo à retirada de cláusulas de restrição ao Prouni é visto como uma tábua de salvação, pois abre uma possibilidade daqueles alunos que não se enquadraram como bolsistas ter a possibilidade de ocupar essas vagas, que hoje estão ociosas.

Fato é que a referida medida visa atender o setor privado, ferindo de morte o principal quesito do Prouni, que era a reserva de vagas para o acesso de jovens de baixa renda que não possuem possibilidade de arcar e ingressar em uma universidade privada, com a possibilidade do ingresso de jovens de classe média alta que estudaram em escolas particulares pagando sua mensalidade e com condições de pagamento. Em breve, essas vagas serão ocupadas e

preenchidas por esse público, chegando então ao intento do ministro da Educação Milton Ribeiro que citou em agosto de 2021 que “universidade deveria ser para poucos” (MINISTRO..., 2021).

Outro ponto de atenção na comunidade acadêmica é que, diante dessa mudança brusca no Prouni, existe um temor que sobrevenha possibilidades de alteração no requisito de renda, possibilitando um acesso ainda maior àqueles que eventualmente não precisariam de um suporte do Estado para prosseguimento dos estudos.

Por fim, resta evidente que, após essa medida provisória, o Prouni caminha para um modelo que encerra o ciclo de acesso aos jovens que, de fato, mais precisavam desse auxílio e programa para o acesso ao ensino superior. Após o golpe institucional de 2016, o programa passou por um momento de estagnação no governo Temer e agora vive seu maior ataque, um retrocesso total e imensurável naquele programa que foi sem dúvida a porta de entrada de sonhos e realizações de grande parcela da juventude brasileira.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o título “Ciclo de Políticas para o Ensino Superior (2016–2021): Conjunturas, Rompimentos e Conservações”, o mote da pesquisa era a análise das políticas públicas do ensino superior após o golpe institucional de 2016, com a observação das contradições apresentadas em programas como o Prouni, que alia o acesso dos jovens na universidade privada por meio dos investimentos públicos. Verificou-se ainda como os cortes de investimentos na educação ocorreram com a alteração de um ciclo político e econômico que se inicia após a eleição de 2014, caminha com o golpe institucional de 2016 e aprofunda-se com a vitória do presidente Jair Bolsonaro em 2018.

Para chegar aos resultados trazidos ao longo da pesquisa, percorremos um trajeto na busca de contextualizar o ciclo de reformas políticas no ensino superior diante do neoliberalismo que foi solapado no Brasil após o retorno dos governos civis em 1989 e percorremos os planos de governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro e o projeto apresentado pelo vice-presidente Michel Temer em 2016, com a finalidade de conquistar o mercado e alcançar os votos necessários para o impeachment da presidente Dilma.

Essa revisão histórica da implementação das reformas neoliberais no Estado, em especial na educação, aliada à análise dos planos de governo dos presidentes eleitos, com foco na realização e implementação da política pública no ensino superior, auxiliou muito na compreensão das políticas públicas que permitiram o acesso de milhares de jovens no ensino superior, notadamente o Prouni.

Percorrer o ciclo de políticas públicas do ensino superior, compreender as mudanças estruturais do Estado, as contradições das previsões legais e as práticas efetivadas só foi possível por meio do ciclo de políticas de Ball, que permitiu a compreensão do todo, desde os momentos dos debates, das ideias de concepção de políticas educacionais, suas legislações suas práticas e principalmente os contextos políticos econômicos e sociais, em suma, a análise do complexo seio social para a busca da compreensão das contradições dos momentos históricos e seus reflexos nas práticas sociais.

Ao analisarmos as reformas do Estado no período FHC, bem como suas políticas sociais fundamentadas no ideário neoliberal, chega-se à conclusão que essas condições econômicas e sociais permitiram e fomentaram a expansão do setor educacional privado em contradição com a diminuição de investimentos nas IES públicas.

É nessa base e nessa perspectiva que compreendemos que o Prouni é de fato uma política pública com a finalidade de possibilitar o aumento ao acesso ao ensino superior com fundamento nos ditames dos organismos internacionais. A tendência e o ideário eram de diminuir os investimentos públicos e com foco total na iniciativa privada, mediante as parcerias, de incentivos ou mesmo da total privatização. Logo, o discurso de democratização sempre seria prejudicado, pois paira sobre os programas de acesso ao ensino superior como o Fies e o Prouni o debate e as contradições em relação ao caráter privatizante do ensino superior.

Consideramos ainda que, em outras condições e contextos políticos e sociais, a luta por uma educação de qualidade e com acesso e inclusão para todos deveria ser por meio do setor público. Porém, compreendo também que as condições políticas objetivas nesse tempo histórico permitiram pequenos avanços, entre eles, o Prouni, que, mesmo sob as contradições apresentadas ao longo do trabalho, é notadamente um programa, ou uma experiência social que trouxe oportunidades para milhares de jovens nesse país.

Conclui-se, que pelos dados apresentados ao longo deste trabalho, o Prouni está mantido, mesmo que de forma estagnada com redução do número de bolsas ofertadas, é um programa que está longe de seu fim, mesmo com a MP 1075/21, que alterou os critérios e pode alterar o perfil dos ingressantes para os próximos anos.

Nota-se ainda que neste período de intensa crise financeira e com uma fuga de alunos no ensino superior, os programas como Fies e Prouni se destacam novamente como a tábua de salvação das IES privadas, fato este reforçado pela modificação trazida na MP 1075/21, sendo assim, essa interface entre o público e o privado, com o governo sendo o principal financiador, deverá ser mantida por um longo período, somando-se ao fato da total indisponibilidade do governo federal da ocasião em fomentar investimentos no ensino superior público. Alia-se ainda o fato simbólico na manutenção de programas com verniz social, mesmo que em um governo notadamente neoliberal e com preocupações contrárias ao sentido de diminuir as desigualdades e abrir fronteiras na seara educacional para todos.

Sendo assim, entende-se pelos números apresentados, mas também pela compreensão do contexto político atual que o Prouni está em estagnação, mas com sua manutenção garantida até o presente momento, aliando sua faceta contraditória da manutenção do privado, com ofertas de cursos cuja avaliação e qualidade é duvidosa, mas ainda sendo uma possibilidade de acesso aos mais carentes. Fato é que o Prouni, mesmo com as diminuições de concessão de bolsas integrais, se confirma como uma política pública, mesmo que contraditória, exitosa no sentido de permitir o acesso de mais jovens no ensino superior. Mesmo os governos mais neoliberais não tiveram condições políticas de encerrar o programa, que é visto e defendido pelas

instituições de ensino superior privado, mas notadamente defendidos e vistos pelos jovens como única possibilidade de ingresso no ensino superior.

Oportunidades essas que correm risco de ser diminuídas, mesmo que os números indiquem certa estabilidade ou estagnação do programa, por ora, sua manutenção é vigente, pois, para além do seu papel social, o Prouni cumpre um papel econômico de manter várias IES privadas em funcionamento. Agora, por fim, com a edição da Medida Provisória 1075/2021 que permite o acesso ao Prouni de jovens que cursaram o ensino médio em instituições privadas, o principal feito do programa de inclusão de jovens pobres poderá acabar no decorrer dos próximos anos.

Ao longo da pesquisa, sua questão principal sobre a contradição apresentada entre os cortes de gastos na educação pública e a manutenção do financiamento do Prouni, restou comprovado que de fato o ensino superior público é perseguido pelo atual governo e que mesmo com pequenos cortes, permanecem ativos programas que para além de permitir o acesso aos jovens mais carentes ao ensino superior, alimentam e financiam a iniciativa privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. *In*: EMIR, S.; GENTILI, P. G. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política de reforma educacional. **Linhas Críticas**, v. 21, n. 46, p. 606-644, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4684>. Acesso em: 1 out. 2021.

AQUINO, Y.; BRANDÃO, M. Temer sanciona novo Fies e diz que medida é exemplo de educação para o século 21. **Agência Brasil**, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-12/temer-sanciona-novo-fies-e-diz-que-medida-e-exemplo-de-educacao-para-o>. Acesso em: 1 out. 2021.

ARAÚJO, M. M. de; BRITO, A. D. da S.; SANTOS SEGUNDO, I. M. dos. O direito à educação no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, N. 42, p. 295—98, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10962/7734>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BALL, S. T. Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. [Entrevista cedida a] Jeferson Mainardes e Maria Inês Marcondes. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303—18, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BALL, S.; MAINARDES, J. (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington: Banco Mundial, 1995. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BIMBATI, A. P. Prouni: 1 em cada 5 bolsas integrais não foi preenchida em 2020. **Uol**, São Paulo, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/12/10/mp-prouni-vagas-nao-ofertadas.htm>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BOLSONARO ‘começa a destruir Prouni’, diz Haddad, após presidente editar MP. **Uol**, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/12/07/haddad-diz-que-bolsonaro-comeca-a-destruir-prouni-apos-editar-mp.htm>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BOLSONARO diz que MEC estuda ‘descentralizar’ investimento em cursos de filosofia e sociologia. **G1**, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools**: case studies in Policy Sociology. London: Routledge, 1992.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição 241/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência**, Brasília, [2021]. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado Federal: 1990.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**, [20-] Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Políticas Sociais: acompanhamento e Análise nº 14**. Brasília: Ipea, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Versão atualizada até março de 2017. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 1 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.** Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. Brasília, DF: [Presidência da República, [2013].

BRASIL. **Medida provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021.** Altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e a Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005, para dispor sobre o Programa Universidade para Todos. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília/DF, ano 159, n. 229, p. 2–3, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.075-de-6-de-dezembro-de-2021-365043279>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dados Abertos.** Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 1 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portal de Dados Abertos do Ministério da Educação,** 2016b. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação (2014-2024).** Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.582, de 18 de maio de 2004.** Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos – PROUNI, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=253965>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 29 dez. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Plano de Governo: PSL SOMOS TODOS BOLSONARO.** Brasília: TSE, 2018. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/SP/69698/2030402020/250001099703/pje-ee579547-Proposta%20de%20governo.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra, Brasil:** proposta de governo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008.

CARVALHO, C. H. A. de. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979–1000, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PWLcgtgCgvYP9tXx6NPfsHf/?lang=pt>. Acesso em 2 abr. 2020.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. O Prouni na encruzilhada: entre a cidadania e a privatização. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 20, p. 55–68, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v11i20.3216>. Acesso em: 1 out. 2021.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. de S. P. Prouni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125–140, dez. 2006.–Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6kD9QTwtmfKbtBqMjYGrVNd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no Brasil – O Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 49–72, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698162030>. Acesso em: 16 ago. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Catálogo de Teses e Dissertações. **Capes**, c2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 1 out. 2021.

COSTA, A. G. Prouni: entenda o que muda no programa após MP assinada por Bolsonaro. CNN Brasil, São Paulo, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/prouni-entenda-o-que-muda-no-programa-apos-mp-assinada-por-bolsonaro/>. Acesso em: 29 dez. 2021.

CUNHA J. de S.; ANDRADE, M.; LOPES, C.; NASCIMENTO, M.; VALVERDE, T. Crise mundial e a trajetória do Brasil, entre 2008 e 2015. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 234, p. 4–46, 2015.

CUNHA, L. A. O ensino superior no octênio FHC. Dossiê: "Políticas educativas em Portugal e no Brasil". **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 82, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kLKQrxCM8hVbjsQ5vs4SY9n/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2020.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/19144/11145>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245–262, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2021.

CURY, C. R. J. **Por um Sistema Nacional de Educação**. São Paulo: Moderna, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. D. Qualidade, Avaliação: do Sinaes a Índices. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817–825, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/4trQr3brp3FM4XRvp96ZHqK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DOURADO, L. F. (org.). **Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios**. São Paulo: Xamã, 2009.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234–252, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DURHAM, E. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos Cebrap**, n. 88, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ZqWdPJCGT5C6QnCWp6pFQLf/?lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2020.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FRANCO, I. A. C. **Mensagem Presidencial de 1993**. Dispõe sobre a atuação do governo federal no ano de 1992. Brasília: Presidência da República, 1993.

FRANCO, I. A. C. **Mensagem Presidencial de 1994**. Dispõe sobre a atuação do governo federal no ano de 1993. Brasília: Presidência da República, 1994.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379–404, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87323122004.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211–259, 2000.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GANEM, A. Hayek: da teoria do mercado como ordem espontânea ao mercado como fim da história. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 22, nov. 2012

GENTILI, P. A. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, P. A.; SILVA, T. T. da. (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEWIRTZ, S.; BALL, S. J. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “Novo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (org.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

HADDAD, F.; BACHUR, J. P. O Prouni é um retrocesso na política educacional? NÃO. Um passo atrás, dois à frente. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1112200409.htm>. Acesso em: 2 fev. 2021.

HAYEK, F. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Mises Brasil, 2012.

HOSTINS, R. C. L.; ROCHADEL, O. Contribuições de Stephen Ball para o campo das políticas educacionais. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 61–84, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11947>. Acesso: 15 jan. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Página inicial. **Inep**, Brasília, DF, [19--?]. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 1 abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico**: Censo da Educação Superior 2015. 2 ed. Brasília: Inep, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Pesquisas <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores>. Acesso em: 3 mar. 2021.

JEFFREY, D. C. A Constituição do gerencialismo na educação brasileira: implicações na valorização dos profissionais da educação. **Revista Exitus**, v. 2, n. 2, p. 51–60, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/103>. Acesso em: 15 jan. 2021.

JEFFREY, D. C. **Política educacional: desafios metodológicos**. 20 slides. São Paulo: Unicamp, [20--]. Disponível em: http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufopa/file.php/1/Apres._Palestra_Politica_Educacional-_desafios_metodologicos_-_Profa._Dra._Debora_Cristina_Jeffrey.pdf. Acesso em: 1 out. 2021.

JEFFREY, D. C. Propósitos do Regime de Progressão Continuada na rede estadual - uma análise dos documentos informativos (1998 a 2003). *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 24.; CONGRESSO INTERAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2009, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, CE, PPGE, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2009/74.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

KRAWCZYK, N. R. Políticas de regulação e mercantilização da educação: sociabilidade para uma nova cidadania? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 87, p. 77-95, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2020.

LORENZONI, I. ProUni abre mais de 47 mil vagas no segundo semestre. **Portal do MEC**, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/6296-sp-2023857225>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47–69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303–318, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação e Sociedade**, v. 38, n. 141, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nZy4FYc4TStyLtQTB5RhXLG/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15–35, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwfYc6QVFBHy4nvJzHt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 mar. 21.

MARTINS, R. M. de A. **Prouni**: uma política de democratização do ensino superior? 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

MARTINS, A. M. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. **Revistas Estudos em Avaliação Educacional**, v. 24, n. 56, p. 276–299, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2741>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MILCHAREK, J.; FRAGA, J. M. L.; CUNHA, V. S. L. A Política Pública do ProUni: considerações sobre sua efetividade. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., Montevideu, 2017. **Anais [...]**. Montevideu: Alacip, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a expansão das universidades federais: 2003 a 2012**. Brasília, MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 jan. 2022.

MINISTRO da Educação defende que universidade seja ‘para poucos’. **G1**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 29 dez. 2021.

MIRHAN, L. **Eleições no Brasil 1945 – 2018**: o comportamento eleitoral dos brasileiros. Campinas: Ed. Apparte, 2019.

MOREIRA, C. R. B. S.; SOUZA, A. R. de. Democratização do acesso à educação superior em debate: avaliação do Prouni. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, v. 30, n. 73, jan./abr. 2019.

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da educação superior no governo Lula**: debate sobre ampliação e democratização do acesso. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NOZU, W. C. S.; BRUNO, M. M. G. O clico de políticas no contexto da Educação Especial. **Revista Nuances**, v. 26, n. 2, p. 4–21, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3342>

OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, p. 197–209, maio/ago. 2009.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (org.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PARO, V. H. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, L. H. da (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**.– Petrópolis: Vozes, 1998.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 2002.

PASSEGGI, M. C. Memorial de formação. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PEREIRA, L. C. B. **A Reforma do estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília: Mare, 1997. (Cadernos Mare da reforma do estado; v. 1). Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno01.pdf>. Acesso em: 2 maio 2021.

RESENDE, S. G. D.; COSTA, M. L. F. Reforma do Estado Brasileiro e a expansão da Educação à Distância no Brasil (2006-2016). **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 31–48, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11503>. Acesso em: 1 out. 2021.

REZENDE, M.; BAPTISTA, T. W. F. A Análise da Política proposta por Ball. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. p. 273–283. Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-interlocucoes-praticas->

experiencias-e-pesquisas-em-saude/caminhos-para-analise-das-politicas-de-saude-pdf. Acesso em: 1 out. 2021.

ROUSSEFF, D. V. **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira**. [S. l.]: Coligação para o Brasil seguir mudando, 2010.

SADER, E. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAES, P. M. **Acesso ao ensino superior e trajetórias dos egressos do PROUNI**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação1) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_ecd0b2ac2b1813f26ec3c3f253669d8d. Acesso em: 1 out. 2021.

SALA, M. Mudanças no Fies, o Prouni e o acesso ao Ensino Superior Privado. **Esquerda Diário**, Campinas, 1 jun. 2017. Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/Mudancas-no-FIES-o-PROUNI-e-o-acesso-ao-Ensino-Superior-Privado?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter. Acesso em: 29 dez. 2021.

SALDAÑA, P. Com crise no Fies, número de novos alunos no ensino superior cai em 2015. **Folha de S.Paulo**, 6 out. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1820329-com-crise-no-fies-numero-de-novos-alunos-no-ensino-superior-cai-em-2015.shtml>. Acesso em: 1 out. 2021.

SALDAÑA, P. Governo Bolsonaro reduz oferta do Fies a partir de 2021 e eleva desempenho mínimo do Enem. **Folha de S.Paulo**, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/12/governo-bolsonaro-reduz-oferta-do-fies-a-partir-de-2021-e-eleva-desempenho-minimo-no-enem.shtml>. Acesso em: 1 out. 2021.

SALLUM JUNIOR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, out./1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/dMdBtk3MtbcJBkNqZWh48p/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANDER, B. **Administração da educação no Brasil**: – genealogia do conhecimento. Brasília: Líber Livro, 2007.

SANFELICE, J. L. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 21, p. 29–40, maio 2006. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/206>. Acesso em: 15 dez. 2021.

SANFELICE, J. L. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 12, p. 29—0, nov. 2006. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/206/2889>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANFELICE, J. L. Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1391-1398, dez. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/gbbDzdJ5JJMVSMLtC57qZ9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2021.

SANT’ANNA, J. Bolsonaro terá sua turma de ‘Chicago Boys’. Mas quem eles eram de fato? **Gazeta do Povo**, 25 dez. 2018. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/bolsonaro-tera-sua-turma-de-chicago-boys-mas-quem-eles-eram-de-fato-2o9c0f4qg42j04jll9t16nszy/>. Acesso em: 1 out. 2021.

SANTOS, B. L. P. A representação do Reuni no debate do ensino superior enquanto direito. **Educação em Revista**, Marília, v. 10, n. 1, p. 29–44, jan./jun. 2009. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/642/525>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SAVIANI, D. A nova LDB. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 7–13, 2016.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644508>. Acesso em: 1 out. 2021.

SAVIANI, D. A nova LDB. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 7–13, 2016.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644508>. Acesso em: 30 dez. 2021.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7–16, jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SILVA JUNIOR, J. dos R. Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em:–

<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA JUNIOR, J. dos R; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 5–27, ago. 2005.–Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PPfyZc6tFgYC3Csvvh4FxFz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2021.

SILVA, L. I. L. **Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010**. [S. l.]: Coligação A Força do Povo, 2007.

SILVA, L. I. L. **Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social**. [S. l.]: Comitê Lula Presidente, 2002.

SIQUELLI, S. A.; CÁRIA, N. P. O reconhecimento do valor social do Prouni na visão dos bolsistas egressantes. **Revista das Ciências Humanas**, v. 17, n. 28, 2016.

TEMER: *impeachment* ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”. **Carta Capital**, 23 set. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TOMIO, F. R. de L.; ROBL FILHO, I. N.; KANAYAMA, R. L. Plano Brasileiro de Estabilização Econômica (Plano Real) e o Papel do Supremo Tribunal Federal. **Economic Analysis of Law Review**, v. 10, n. 3, 2009, Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/11191/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Comunicado. Paris: Unesco, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192. Acesso em: 1 out. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI**: Visão e ação – 1998. Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998. USP: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 1998.